

**Uma Análise do Género e dos Direitos da Mulher no Acordos de Parceria  
Económica: a implementação da liberalização do comércio**

**Moçambique**

Maimuna Assiate Ibraimo

Maio 2009

**maibraimo@gmail.com**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>8</b>
<b>3. A ESTRUTURA DA ECONOMIA MOÇAMBICANA POR SEXO</b>	<b>11</b>
a) O Sector do Emprego	11
b) O Consumo dos AGregados Familiares	35
c) O Orçamento Público	38
<b>4. A ESTRUTURA COMERCIAL DA ECONOMIA MOÇAMBICANA</b>	<b>42</b>
a) A Estrutura Comercial Geral do País	42
b) O Comércio com a UE	Error! Bookmark not defined.
<b>5. ANÁLISE DETALHADA DO IMPACTO DO AIPE SOBRE O GÉNERO</b>	<b>52</b>
a) O Impacto das Importações de Bens Agrícolas a Baixos Preços	52
b) O impacto das Importações do Bens Manufacturados Intermediários a Baixos Preços	59
c) A Importação de Bens de Consumo a Baixos Preços	61
d) A Receita Pública	69
<b>6. FONTES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E SUA QUALIDADE</b>	<b>72</b>
a) A Estrutura da Liberalização no Âmbito do AIPE	72
b) Os Dados da Produção/Consumo Desagregados por Sexo	74
c) O Tempo de Referência	81
<b>7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>82</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>84</b>

## **Acrónimos**

ACP	– Países da África, Caraíbas e Pacífico
AGTC	– Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
AIPE	– Acordo Interino de Parceria Económica
APEs	– Acordos de Parceria Económica
CRER	– Crédito para os Empreendedores Rurais
CRESCE	– Programa de Crédito Sustentável para o Crescimento Empresarial
EGP	– Modelo de Equilíbrio Geral Computarizável
IDE	– Investimento Directo Estrangeiro
INE	– Instituto Nacional de Estatística
IVA	– Imposto sobre o Valor Acrescentado
MFI	– Instituições de Micro Finanças
MPD	– Ministério da Planificação e Desenvolvimento
PIAB	– Iniciativa Presidencial
PIB	– Produto Interno Bruto
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ODI	– Overseas Development Institute
OMC	– Organização Mundial do Comércio
OSC	– Organização da Sociedade Civil
SACU	– União Alfandegária da África Austral
SADC	– Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
TDCA	– Acordos do Comércio, Desenvolvimento e Cooperação
TIA	– Trabalho de Inquérito Agrícola
UE	– União Europeia

## 1. Introdução

A Junho de 2000 foi assinado em Benin um novo acordo de parceria, o Acordo de Cotonou, entre o grupo da África, Caraíbas e Pacífico (ACPs) e a União Europeia (UE). Este acordo prevê o estabelecimento de Acordos de Parceria económica (APEs) compatíveis com a regras de reciprocidade da OMC, onde cada parte deverá liberalizar o seu comércio de tal modo que haja concordância com o Artigo 24 do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio-AGTC (Thorp, 2003).

Diferentemente das convenções passadas, tais como a de Lomé que estabeleceu preferências comerciais unilaterais no sentido de as ACPs não serem obrigadas a eliminar os seus direitos de importação provenientes da UE, os APEs consideraram a abertura recíproca do comércio de “substancialmente todas” importações entre os ACPs e a UE e cobriram ambos os bens e os serviços. Porém, de acordo com o solicitado pelos ACPs, constitui parte do Acordo a componente de cooperação para o desenvolvimento do comércio.

A primeira etapa dos APEs consiste no Acordo Interino de Parceria Económica (AIPE) que se focaliza principalmente na remoção das barreiras comerciais sobre bens e de princípio entraria em vigor em 2008. O quadro sob o qual o Acordo deverá operar consiste em: (i) Instrumentos de defesa do comércio, incluindo medidas anti discriminatórias; (ii) as medidas não tarifárias, incluindo a proibição de restrições quantitativas e a não taxação discriminatória entre os produtos importados e os produzidos internamente; (iii) a reforma aduaneira e facilitação do comércio; (iv) a remoção das barreiras técnicas ao comércio; e (v) as medidas sanitárias e fitossanitárias.

Ao APE, e conseqüentemente aos AIPEs, é adicionalmente recomendado a integração da dimensão do género durante a sua elaboração. A secção 4 do Acordo de Cotonou de 2002<sup>1</sup>, na sua Secção sobre os Assuntos Transversais, por exemplo, estabelece que a

---

<sup>1</sup> Este documento serve como a base legal para as negociações entre a UE e os ACPs.

cooperação deve criar um quadro apropriado para a integração de um enfoque e de todas as preocupações sensíveis ao género em todos os níveis da cooperação para o desenvolvimento, e deve encorajar a adopção de medidas específicas a favor da mulher. Entre essas medidas está a participação da mulher na planificação nacional e local e nos processos de tomada de decisão, e, o aumento do acesso aos recursos produtivos e ao mercado do trabalho.

Os fundamentos para este enfoque estão ligados aos pressupostos da igualdade de género e do fortalecimento económico da mulher que reconhecem que, mais do que os homens, a capacidade produtiva das mulheres é estrangida pela sua fraca acumulação do capital humano, pelo limitado acesso aos meios produtivos e aos mercados e pela sobrecarga das tarefas domésticas, uma vez que elas jogam não somente o papel produtivo, mas também o papel reprodutivo<sup>2</sup>.

Moçambique assinou o Acordo Interino de Parceria Económica (AIPE) com a UE em Novembro de 2007, em conjunto com o Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia (países da SADC). De acordo com este compromisso, o país definiu o seu posicionamento comercial através da listagem dos itens que liberalizaria em dois períodos principais: 2008 e 2018. O que não estava listado não seria liberalizado.

A medida em que este programa de liberalização foi capaz de reflectir a recomendações do Acordo de Cotonou de 2002 em relação ao género não foi considerada. Outros efeitos desta liberalização sobre o bem-estar social e económico do país precisam ser explorados. O presente estudo tenta cobrir esta lacuna analítica do ponto de vista do género. As principais questões a responder consistem em:

- Como é que o AIPE Moçambicano afecta diferenciadamente os produtores do sexo feminino e masculino?

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, Elson (1998), Ulmer (2007) e Çagatay et al (1995).

- Poderão as importações de bens de consumo a preço mais baixo contribuir para a maior equidade nos padrões de consumo de homens e mulheres e para a melhoria do bem-estar de todos, incluindo as crianças?
- Uma vez que a remoção das tarifas implica a perda de receitas públicas, qual é a magnitude dessa perda e em que medida terá impacto sobre as despesas públicas nos sectores sociais sensíveis ao género?

A informação a nível internacional tende a indicar dissatisfação com uma quase ausência de qualquer reconhecimento ou provisão entre os APES do seu potencial impacto diferenciado sobre o género. O relatório da Oitava Sessão do Conselho dos Direitos Humanos da UE sobre a implementação dos direitos de desenvolver, por exemplo, afirma que os APES parecem operar independentemente das provisões gerais sobre os direitos humanos do Acordo de Cotonou. Ele afirma adicionalmente que enquanto que a UE clama que os direitos humanos e a igualdade de género estão enfatizados nas suas actividades de desenvolvimento e nas organizações da sociedade civil (OSCs), ainda é necessário encontrar as evidências. O progresso no acesso aos recursos pelas mulheres tem sido negligível e o conceito de dimensão do género tem estado muito ausente das negociações (Human Rights Council, 2008).

Estudos de caso de países noutras partes de Africa tendem também a mostrar um quadro negativo do impacto sobre o género dos APES quando são implementados. Pheko (2006) ilustra o caso Sul-africano<sup>3</sup> relativo ao sector intensivo da força de trabalho feminina de couro, onde a remoção rápida das tarifas (de 41.2% em 1995 para 28.9% em 1999) resultou na asfixiação e mudanças rápidas no processo de produção das fábricas locais. Os trabalhadores despedidos juntaram-se ao sector informal e as fábricas passaram a sub-contratá-los como forma de reduzir as despesas com os trabalhadores. O tamanho do sector informal cresceu em 771,000 trabalhadores em somente 2 anos.

---

<sup>3</sup> A Africa do Sul assinou o Acordo do Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC) a Março de 1999 que abriu o mercado Sul Africano a 86.0% dos bens da UE para um período de 12 anos, enquanto que as 15 economias da UE abriam o comércio 95.0% dos produtos Sul-Africanos por um período de 10 anos (African Recovery, 1999).

Ulmer (2008) refere-se ao caso dos Camarões onde a liberalização súbita da importação de aves levou ao aumento da sua importação de 60,000 toneladas em 1994 para 221,000 toneladas em 2003. Instituições públicas de desenvolvimento rural tinham desenhado um programa de financiamento a produção de aves principalmente por mulheres. Devido ao aumento das importações, o programa perdeu mais de 60 milhões de Francos (CFA) em créditos providos pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pelas doações do Fundo Europeu de Desenvolvimento o que resultou no encerramento daquelas estruturas governamentais. Os investidores privados perderam mais de 14 milhões de francos CFA da produção de frangos. No final, a liberalização sufocou os esforços públicos dirigidos para a melhoria do bem-estar da população e deixou milhares de mulheres em dívida.

Qual será o caso de Moçambique? Nós tentamos responder a esta pergunta em 6 capítulos que também consistem nas etapas de avaliação do impacto dos APEs na economia global, com base no AIPE de Novembro de 2007. O quadro metodológico é descrito na Secção 2. A Secção 3 provê os antecedentes gerais da estrutura da economia Moçambicana por sexo em relação a:

- Composição da força do trabalho por sexo;
- Condições de trabalho, rendimentos e segmentação da força do trabalho;
- O peso das tarefas domésticas;
- O padrão do consumo por sexo, e,
- A provisão pública dos serviços sociais.

As Secções 4 e 5 referem-se ao AIPE como tal. Começam por prover um background sobre o comércio internacional em Moçambique, sobre o papel da UE e sobre os AIPES, incluindo o processo e conteúdo da liberalização. Seguidamente, referem-se ao impacto que o AIPE poderá ter para produtos específicos. Elas questionam:

- Qual é o impacto sobre o género dos bens que serão liberalizados em 2008 e em 2018, ambos em termos de produção, consumo e receitas?
- Que impacto sobre o género pode ser esperado se os bens na lista de exclusão fossem liberalizados?

A Secção 6 enredeça o problema da lacuna dos dados estatísticos e salienta a necessidade de haver disponibilidade de dados para análise do comércio na dimensão do género. A Secção 7 refere-se às conclusões do estudo.

## **2. Metodologia**

Robinson et al (2007) contextualiza os APEs no quadro teórico que integra os conceitos de integração superficial ou negativa, e integração profunda ou positive. Neste sentido, a integração superficial implica que os países da ACP devem remover as suas barreiras comerciais de “substancialmente todas” as importações da UE (i.e., aplicar a tarifa ou quota zero.

A integração profunda envolve políticas e instituições que facilitam o comércio através da redução ou eliminação do regulamento e impedimentos internos ao comércio incluindo a não discriminação entre os produtos nacionais e estrangeiros e seus agentes<sup>4</sup>. A integração profunda pode compensar as perdas de eficiência acima uma vez que aumentam a possibilidade de ganhos no bem-estar por permitir maior especialização do mercado e cadeias de valor estáveis. A extensão dos possíveis ganhos inclui a transferência tecnológica e a difusão através do comércio e do Investimento Directo Estrangeiro (IDE); ganhos pró-activos derivados do aumento da competição num ambiente de competição imperfeita, os quais podem permitir a exploração adicional de economias de escala na produção e maior uso de insumos intermediários; maior dispersão geográfica da produção através de um comércio que apoie a exploração de diferentes proporções de factores nas várias fases do processo de produção, e/ou economias de escala locais através de uma especialização mais refinada e divisão da produção; e, as externalidades derivadas das mudanças institucionais que levam a amplos aumentos da produtividade.

---

<sup>4</sup> A integração profunda pode também incluir questões como os procedimentos alfandegários; padrões dos produtos que diferem das normas internacionais ou a testagem e certificação dos bens importados é complexa ou discriminatória; regulação dos investimentos internos, política de competição, política de protecção intelectual e regras acerca do acesso às licitações públicas.

Metodologias padronizadas de avaliação do impacto das mudanças das políticas comerciais consistem em modelos de Equilíbrio Geral Computarizáveis (EGC), em simulações de mercado com base nos modelos de equilíbrio parcial e em análises econométricas. Estas metodologias foram também utilizadas para análise do impacto sobre o género das políticas comerciais<sup>5</sup>. Embora profundos, tentando capturar a maioria dos factores estruturais determinantes do desempenho económico nos países e entre eles, uma das características dos modelos acima é de que eles não logram capturar a dinâmica social que a nível micro influenciam nesse desempenho. As questões do género estão entre essas dinâmicas.

O nosso estudo tenta cobrir essa lacuna assumindo primeiro que como parte das políticas macroeconómicas, a liberalização do comércio não é neutral em relação ao género. Mulheres e homens ocupam diferentes posições na sociedade. As relações sociais determinaram graus diferentes de formação do capital humano, de controlo dos recursos produtivos e de sobrecarga social. A importações a preços mais baixos devido a liberalização terão então um impacto diferente sobre homens e mulheres da seguinte forma:

- A liberalização leva a que alguns sectores se expandam enquanto outros se contraíam. Assim, procuramos saber se os sectores que expandem/contraem são intensivos da força de trabalho feminina.
- Para além da quantidade de empregos criados/destruídos, existem questões sobre a qualidade desses empregos. Particularmente, perguntamos sobre a facilidade que os trabalhadores que perdem emprego têm de mudar para um outro (mais decente).
- A disponibilidade de bens mais baratos deveriam induzir maior consumo. Será que a disponibilidade de equipamento e maquinaria a preços mais baixos vai contribuir para a redução do trabalho não remunerado da mulher (por exemplo, pelo uso de equipamentos como máquinas de lavar, fogões eléctricos e moageiras eléctricas) de tal forma que aumente a sua capacidade de resposta aos novos

---

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, Fontana (2007).

- incentivos económicos e o seu nível de produção e produtividade? A disponibilidade de alimentos mais baratos contribuirá para a melhoria do consumo dos seus agregados familiares? Se sim, isto justifica a perda de empregos?
- As tarifas de importação constituem parte importante das receitas públicas. Em que medida a sua redução implicará cortes nas despesas públicas importantes para a mulher?

Para responder a estas questões, os seguintes procedimentos foram seguidos em relação ao AIPE:

- Começamos por classificar os produtos liberalizados por sector: serão eles agrícolas ou manufacturados?
- Associado ao acima, os bens são classificados de acordo com o seu uso: consumos final e intermediário. Estas duas etapas ajudam a discriminar o impacto do AIPE sobre os produtores e sobre os consumidores.
- O próximo passo consiste na identificação dos utilizadores dos bens de acordo com o seu sexo e outras características sociais (residência, chefes de agregado familiar e rendimento).

No passo seguinte faz-se uma análise mais profunda com o objectivo de compreender:

- A possível existência de competição entre os produtos importados a preços mais baixos e os produtos produzidos localmente quer seja directamente através da competição dos preços quer seja indirectamente, através do efeito de substituição;
- A implicação de tal competição nos produtores e no emprego;
- O padrão da distribuição dos benefícios no consumo devido a disponibilidade de bens mais baratos;
- As implicações da liberalização no orçamento público.

### **3. A ESTRUTURA DA ECONOMIA MOÇAMBICANA POR SEXO**

#### **a) O Sector do emprego**

Estimativas com base nos dados preliminares do Censo Populacional de 2007 indicam que as mulheres compreendem 52.3% da população Moçambicana e 23% dos chefes dos agregados familiares. Do ponto de vista da força do trabalho elas constituem 55.0%. Por sector de actividade, a Tabela 1 mostra que a agricultura provê emprego a 78.0% da população economicamente activa, mas somente contribui com 22.9% no produto interno bruto (PIB). Sugerindo uma fraca produtividade este sector é essencialmente intensivo da força do trabalho feminina. 60.1% da força de trabalho no sector é composta por mulheres. Quando o foco se centraliza somente sobre as mulheres a informação é por si evidente: 90.9% das mulheres economicamente activas pertencem a este sector. Isto é o mesmo que dizer que as mulheres moçambicanas são essencialmente agrícolas. Existe uma variação na divisão da força do trabalho no sector de acordo com a produção de culturas específicas. Isto será salientado na secção posterior.

O sector da economia com maior produtividade é o dos serviços (45.3% do PIB deriva deste sector) com ênfase no comércio (10.0%), transportes (9.6%) e nos “outros serviços” (23.8%). A manufactura consiste no sector seguinte contribuindo com 24.4% no PIB. Estes sectores são predominantemente de força de trabalho masculina. A presença das mulheres nos serviços é de somente 7.8% da sua força de trabalho e só é alta entre os vendedores (3.7%) e “noutros serviços” (3.2%) que consistem no emprego doméstico, limpeza, cabeleireiro, e ONGs. No sector manufactureiro elas compreendem apenas 0.8% do seu emprego total.

Sumarizando, a informação acima indica que a mulher trabalha no sector da economia com menor produtividade, a agricultura, enquanto que os homens estão distribuídos por todos os sectores de forma mais equilibrada. Qual será o papel do AIPE, dada esta estrutura do emprego por sexo? Analisamos esta questão na próxima Secção, por sectores específicos.

**Tabela 1: Estrutura do PIB e Proporção do Emprego, 2006**

	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	% PIB
	% linha		% coluna			
Agricultura	39.9	60.1	64.3	90.9	78.0	22.9
Pecuária	82.6	17.4	0.5	0.1	0.3	
Silvicultura	87.8	12.2	1.0	0.2	0.6	1.8
Pescas	92.6	7.4	0.1	0.0	0.1	
Minas	94.3	5.7	4.2	0.2	2.1	0.8
Ind Alimentar	82.7	17.3	1.1	0.2	0.6	
Tabaco	84.2	15.8	0.0	0.0	0.0	
Têxteis	77.2	22.8	0.7	0.2	0.5	
Couro	90.6	9.4	0.1	0.0	0.0	14.5
Madeiras	90.3	9.7	1.0	0.1	0.5	
Outras Manufactura	88.4	11.6	1.8	0.2	1.0	
Metais	96.3	3.7	0.6	0.0	0.3	
Utilidades Públicas	87.1	12.9	0.4	0.1	0.2	5.5
Construção	93.3	6.7	3.9	0.3	2.0	3.4
Comércio	93.6	6.4	3.0	0.4	1.6	10.0
Vendedores	60.9	39.1	6.2	3.7	4.9	n.d
Reparação	97.7	2.3	0.2	0.0	0.1	0.4
Hotéis & Restaurantes	71.0	29.0	0.3	0.1	0.2	1.5
Transporte	95.5	4.5	2.1	0.1	1.1	9.6
Outros Serviços	71.2	28.8	8.4	3.2	5.7	23.8
Outros						5.8
Total	45.0	55.0	100.0	100.0	0.0	100.0

Fonte: estimativas baseadas no [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz), PIB a preços de 2003

### i.) O Sector Agrícola

A informação do Ministério da Agricultura (2007) com base nos resultados do Inquérito de Trabalho Agrícola (TIA) de 2006 indica que quase todas as explorações agrícolas familiares são de subsistência (99.0%). A pequena fracção de 1.0% é constituída por médias e grandes explorações. Uma vez que as explorações familiares de subsistência constituem a maioria dos sistemas de cultivo é nelas que nos concentramos. 23.3% das pequenas explorações pertencem a agregados familiares chefiados por mulheres, e a parte restante aos chefiados por homens. O máximo é observado na Província de Gaza onde as explorações pertencentes a mulheres aumentam até 38.0%. Em termos da força de trabalho, no entanto, as mulheres constituem 55.0% da força do trabalho agrícola. Isto

deve-se a que mesmo nas explorações pertencentes aos homens, as mulheres ainda constituem parte importante da força de trabalho utilizada<sup>6</sup>.

A Tabela 2 mostra que, em Moçambique, as mulheres são encontradas na produção de quase todas as culturas locais. A sua proporção, medida em termos de participação na produção de certas culturas, é relativamente menor na produção de culturas de rendimento como o algodão, tabaco, paprica, sisal, girassol e pimenta, e na produção de culturas alimentares como a beringela e a fruta (que não está especificada). A relativamente menor participação da mulher na produção de culturas de rendimento é essencialmente determinada pelas relações sociais e de género tais que, como na maioria dos países da África Subsaariana, o papel da mulher no cuidado da família expande-se também para a provisão de alimentos básicos para o consumo familiar. Casos extremos da responsabilidade da mulher no consumo familiar podem estar centrados nos agregados familiares onde não existe a presença de membros adultos do sexo masculino (mulheres chefes de agregado familiar sem nenhum adulto do sexo masculino, ou quando eles migraram) uma vez que a diversificação das fontes de rendimento é limitada. O estudo de Boughton et al (2006) sobre os padrões de mudança dos rendimentos rurais indica que, em 2002, 24.3% dos agregados familiares rurais eram chefiados por mulheres e outros 9.0% o eram por viúvas.

---

<sup>6</sup> Isto é contrasta com as medias e grandes explorações onde a proporção das mulheres é relativamente pequena. No sector açucareiro, por exemplo, as mulheres constituem apenas um pouco mais de 16.0% do total dos empregados (Veja-se Khan, 2007).

**Tabela 2: Proporção das mulheres (em relação ao total) na produção de culturas específicas, 2003**

	Proporção da mulher		Proporção da mulher
Milho	51.5	Abóbora	52.3
Arroz	52.4	Alface	51.3
Mapira	50.8	Alho	55.9
Meixoeira	55.3	Beringela	31.5
Amendoim (grande)	49.8	Cebola	53.9
Amendoim (pequeno)	51.6	Cenoura	66.9
Feijão	55.6	Couve	51.3
Feijão nhemba	52.5	Ervilha	45.6
Feijão Jugo	52.4	Melão	52.8
Feijão Boer	51.6	Pepino	51.2
Batata	48.8	Pimenta	40.9
Mandioca	51.9	Piripiri	53.7
Batata-doce	53.4	Quiabo	54.8
Algodão	49.8	Repolho	58.1
Tabaco	47.3	Tomate	53.2
Sisal	26.1	Outros vegetais	54.8
Chá	55.7	Abacate	50.5
Girassol	40.7	Ananás	53.2
Gergelim	55.1	Ata	54.1
Soja	72.0	Banana	51.2
Paprica	48.0	Goiaba	54.8
Gengibre	61.1	Laranja	53.7
Inhame ou Madumbe	53.1	Limão	52.8
Castanha de caju	51.9	Maçanica	56.4
Amêndoa de caju	61.5	Mafura	56.7
Sumo de Caju	51.7	Manga	54.2
Licor de Caju	51.9	Papaia	52.5
Coco fresco	54.9	Pêra	61.8
Coco Seco	54.7	Pêssego	50.2
Cana-de-açúcar	51.0	Tangerina	55.0
		Uva	48.9
		Maracujá	66.2
		Outros frutos	43.4
<b>Total</b>			<b>53.0</b>

Fonte: estimativas com base no TIA, 2003

**Tabela 3: Culturas e Preços por sexo, 2003**

Cultura	Média da venda da produção		Preço médio/kg		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	H-M
Milho	31.9	29.8	2.477	2.555	-0.079
Arroz	37.9	35.2	5.239	5.135	0.104
<b>Mapira</b>	<b>45.4</b>	<b>35.0</b>	2.623	2.402	0.221
Meixoeira	53.2	0.0	1.401		1.401
<b>Amendoim (grande)</b>	<b>45.2</b>	<b>38.7</b>	6.448	6.519	-0.072
Amendoim (pequeno)	44.4	41.4	5.939	5.774	0.165
Feijão	48.2	47.7	6.448	6.090	0.358
Feijão nhemba	44.3	41.2	3.935	4.466	-0.532
Feijão Jugo	30.7	29.0	3.792	4.988	-1.196
Feijão Boer	41.9	44.5	2.472	1.768	0.704
Batata	59.7	61.9	5.246	4.576	0.670
<b>Mandioca</b>	<b>28.8</b>	<b>22.4</b>	1.359	1.187	0.172
Batata-doce	19.1	21.5	2.058	2.121	-0.062
Algodão	98.4	96.5	2.912	3.119	-0.207
Tabaco	95.6	97.1	12.472	9.837	2.636
Girassol	89.6	90.3	6.635	1.993	4.641
<b>Gergelim</b>	<b>56.7</b>	<b>73.0</b>	5.997	5.292	0.705
Soja	69.6	69.7	4.840	4.121	0.719
Paprica	100.0	100.0	0.628	3.487	-2.859
<b>Gengibre</b>	<b>26.9</b>	<b>2.5</b>	2.753		2.753
Castanha de Caju	75.4	77.3	4.784	4.710	0.074
<b>Coco (fresco)</b>	<b>68.1</b>	<b>64.9</b>	1.325	1.393	-0.068
Coco (seco)	96.6	93.2	1.309	1.423	-0.115
Total	56.9	52.7	4.047	3.950	-0.1
Culturas de rendimento	78.8	77.7	4.703	4.248	-0.5
Culturas Alimentares	42.8	36.7	3.626	3.767	0.1

Fonte: Estimativa com base no TIA 2003

Informação adicional sobre a orientação da produção da mulher para o consumo é provida na Tabela 3 que mostra que os homens vendem mais 6.1 pontos percentuais (pp) da sua produção de culturas alimentares e mais 1.1 pp das culturas de rendimento do que as mulheres e a preços mais altos: os homens derivam mais 46 centavos pela venda de cada unidade de culturas de rendimentos do que as mulheres. Os preços são somente altos para 9 culturas produzidas pela mulher. Com exceção do algodão, paprica e coco seco, estes produtos constituem culturas alimentares.

Um dos incentivos para a maior produção de culturas de rendimento (que têm preços mais altos) pela mulher seria a educação. No entanto, a Tabela 4 mostra que 92.4% da mulher rural na agricultura não tem educação (formal). Esta é a percentagem mais alta de mulheres sem educação depois dos sectores da manufactura e construção.

**Tabela 4: Nível de Educação da Mulher Rural**

	Nenhuma	Primária	Secundária 1	Secundária 2	Terciária	Total
Agricultura	92.4	7.5	0.1			100.0
Indust Extract	76.6	23.4				100.0
Manufactura	100.0					100.0
Construção	100.0					100.0
Comércio	67.7	32.3				100.0
Serviços	64.5	23.1	12.4			100.0
Educação	0.0	62.0	13.9	6.0	18.1	100.0
Saúde	89.2	10.8				100.0
Administração Pública	0.0	100.0				100.0
Total	91.8	8.0	0.2	0.0	0.1	100.0

Fonte: estimativas com base no Inquérito às Famílias de 2003.

Outros constrangimentos são apresentados na Tabela 5, a qual mostra como as mulheres estão sobrecarregadas, e como são as que menos adoptam os meios tecnológicos:

- Ambos mulheres e homens apresentam baixos níveis de utilização de meios para o aumento da produtividade. Menos de 10.0% de ambos utilizam fertilizantes, pesticidas ou estrume. Porém, menos mulheres do que homens utilizam estes insumos. Os factores determinantes para tal não são explorados no Inquérito, mas como é apresentado abaixo, questões de disponibilidade, falta de meios financeiros e pobreza, o baixo nível educacional, em termos de escolarização, e a fraca exposição a tais insumos, podem ser importantes na explicação dessa diferença.
- As mulheres tendem a utilizar mais tracção animal do que os homens, mas este instrumento é mais exigente em termos de energia humana. Caso houvesse maior disponibilidade e, mais do que isso, acessibilidade aos instrumentos mecanizados elas ou poderiam tornar-se proprietárias ou alugar força de trabalho para seu uso

nos campos de cultivo (uma vez que poucas mulheres poderão ser capazes de usá-los pessoalmente). Alternativamente, poderiam alugar os serviços daqueles que possuem esses instrumentos mecanizados. Os homens são fisicamente mais fortes, mas eles são os que mais utilizam os instrumentos mecanizados durante a produção. Não podemos ter acesso informação sobre cada instrumento específico, mas em geral, o TIA refere-se a instrumentos como o tractor, camiões e sistemas de irrigação.

**Tabela 5: Uso de Insumos agrícolas por sexo do dono da exploração, 2003**

(% do total por sexo)	Homens	Mulheres
Fertilizantes	4.7	4.6
Estrume	7.9	7.7
Pesticidas	8.5	7.3
Tracção Animal	15.7	16.1
Instrumentos Mecanizados	31.0	28.2

Fonte: estimativas com base no TIA (2003)

A informação do Ministério da Agricultura (2007) indica que entre as mulheres camponesas somente 23.0% receberam certo tipo de informação relativa aos serviços de extensão através da rádio, vizinhos, parentes, entre outros. Entre os homens, esta percentagem é quase o dobro. Daqueles que recebem informação sobre preços, 51.0% não a utiliza para decisões sobre áreas de cultivo, e 55.0% não a utiliza para a selecção de culturas.

A segurança no uso da terra consiste noutro constrangimento para a produção e produtividade pela mulher e sua produtividade. Do ponto de vista legal, a Lei de Terras não discrimina homens e mulheres. Porém, enquanto se reportam conflitos na posse de terras principalmente entre as comunidades e instituições privadas (Chilundo et al, 2005), para as mulheres, os desafios para o seu acesso e controle recaem em primeiro lugar no contexto familiar de acordo com a sociedade a que pertencem.

Tradicionalmente, as mulheres Moçambicanas estão divididas em dois grupos principais de acordo com o seu estatuto social, o que tem implicações no poder social detido. A maioria das mulheres do norte do país pertence a sociedades matrilineares onde a herança

é transmitida através da linhagem materna. Assim, o casamento implica que seja o homem quem mude para a linhagem da mulher e os bens acumulados pelo casal pertençam ao lado da mulher. Em certas partes das províncias centrais e no sul, as mulheres pertencem a sociedade patrilineares. Aqui a herança é transmitida através da linhagem do homem e é a mulher quem muda para o lado do homem e todos os bens do casal pertencem a família do homem (Van der Bergh-Collier, 2007).

De princípio, poder-se-ia esperar uma situação de desvantagem para as mulheres em ambas as sociedades uma vez que mesmo nas sociedade matrilineares o poder real recai sobre o homem (o tio mais velho). Kanji et al (2004) no seu estudo sobre a liberalização do sector do caju no contexto do programa de reabilitação económica analisa os factores que afectam a produção do caju pela mulher. Entre estes factores, o estatuto social da mulher em relação ao acesso a terra e a segurança na sua posse surgiram como os factores mais importantes. A principal conclusão foi de que as mulheres nas sociedades matrilineares têm maior segurança na posse da terra. Das 45 mulheres entrevistadas, a maioria ou tinha herdado a terra ou lhes foi atribuída pela família. Porém, nas sociedades patrilineares (caso da Província de Gaza), o uso da terra pela mulher era mais restrito. O acesso era essencialmente assegurado através do casamento e no caso de morte do marido, a terra ainda poderia ser assegurada enquanto a mulher não abandonasse a família. No entanto, no caso de divórcio a mulher seria forçada a abandonar a terra porque ou retornaria a casa dos parentes ou se casaria com outra pessoa. Para a mulher, esta insegurança no acesso e controle da terra serve como um desincentivo ao aumento da produção.

A multiplicidade das responsabilidades constitui também uma limitante para a melhoria da produção agrícola da mulher. Infelizmente, não foi possível obter estatísticas sobre o uso do tempo com desagregação por sexo, áreas de residência e situação de pobreza. A equipe do Banco Mundial sobre o género realizou um inquérito que tentou capturar esta informação nas áreas rurais de 4 províncias do país. Com base neste inquérito as nossas estimativas somente podem ser utilizadas a nível agregado, sem por isso deixarem de

prover um indicativo sobre as diferenças por sexo no uso do tempo em várias responsabilidades do agregado familiar.

A Tabela 6 estima a média diária do tempo dispendido em diferentes actividades ambas produtivas como reprodutivas. Ela indica que, em geral, as mulheres estão mais sobrecarregadas comparativamente aos homens. O tempo alocado a todas as actividades domésticas é quase o dobro daquele dispendido pelos homens. Enquanto que ambos quase alocam o mesmo tempo nas actividades agrícolas<sup>7</sup>, as mulheres têm que realizar outras actividades do que os homens. Elas gastam 4 vezes mais do seu tempo na lavagem da roupa, busca de água, preparação de alimentos e cozinha<sup>8</sup> do que os homens. Adicionalmente, mais do que os homens, elas cuidam dos mais velhos e dos doentes. E, em contraste com o padrão internacional, as mulheres fazem a manutenção das casas do que os homens<sup>9</sup>.

**Tabela 6: Horas alocadas nas Actividades Económicas e Sociais, 2006.**

	Mulheres	Homens	M/H
Cozinhar	2.3	0.6	4.0
Lavar a roupa	2.4	0.6	4.0
Limpar a casa	1.7	1.6	1.1
Fazer compras	0.8	0.9	0.9
Cuidar dos idosos	0.5	0.4	1.1
Cuidar dos doentes	0.0	0.0	1.9
Cuidar dos animais	0.1	0.1	1.7
Agricultura	1.2	1.1	1.1
Buscar lenha	1.0	1.0	1.0
Buscar água	1.8	0.4	4.0
Trabalho comunitário	0.0	0.0	0.8
Manutenção da casa	0.1	0.0	1.8
Preparação dos alimentos	0.9	0.2	4.0
Total de Horas Trabalhadas	12.8	7.0	1.8

Fonte: Estimativas com base no Inquérito do Banco Mundial de 2006

<sup>7</sup> O tempo dispendido nas explorações agrícolas varia consideravelmente com a época agrícola.

<sup>8</sup> Existe uma diferença entre a preparação dos alimentos e a cozinha. Por exemplo, para o caso do milho, a preparação dos alimentos seria a limpeza do grão e sua moagem, enquanto que a cozinha seria a preparação da papa do milho.

<sup>9</sup> Por actividades de manutenção das casas entende-se a reparação dos estragos na infraestrutura habitacional. Nas zonas rurais de Moçambique o tipo de construção mais predominante são as casas de caniço/pau ou caniço/pau maticado. Assim, é comum encontrar mulheres a fecharem os buracos nas paredes com argila/lama, a adicionar capim no tecto, entre outros.

O acesso ao crédito para a produção tem sido outro problema enfrentado pela mulher. A liberalização realizada no contexto do programa de ajustamento estrutural de 1987 resultou no crescimento de instituições financeiras com grande aumento de bancos privados. Paralelamente a este crescimento um número de instituições dedicadas às micro finanças emergiu para se tornarem em cooperativas de crédito, bancos de micro finanças ou simplesmente ONGs provendo crédito aos seus associados. O inquérito feito pela Associação Bancária de Moçambique de 2006 indica, entre outros, a existência de 12 grandes bancos, dos quais 10 são puramente comerciais e 2 dedicam-se às actividades micro financeiras, de 2 micro bancos, 5 cooperativas de crédito e de 57 ONGs provendo crédito (Associação Bancária de Moçambique, 2006).

Os constrangimentos para o melhor acesso ao crédito nos bancos comerciais pela mulher têm estado relacionados com o nível de colateral exigido e, para o caso das mulheres casadas, com a necessidade de uma carta de consentimento pelo marido. As instituições micro financeiras surgem, então, como uma alternativa para o financiamento de grupos de baixo rendimento, particularmente mulheres. De Vletter (2006) menciona que somente nas 20 principais instituições micro financeiras (IMFs) o número de clientes cresceu em 40.0% entre 2001 e 2003, totalizando cerca de 50 mil indivíduos activos. Destes, 58% são mulheres. O tamanho dos empréstimos varia, em geral, de €15.9 a €2,389.1.

O papel das IMFs no aumento do acesso ao crédito pelos produtores rurais e promoção do bem-estar é no entanto questionado. De Vletter (2006), por exemplo, indica que 57% da carteira de créditos vai para as actividades comerciais e é aqui que a maioria dos utilizadores do crédito são mulheres urbanas. No entanto, a agricultura absorve somente 18.0% da carteira de crédito (o resto vai para a indústria, 15.0% e para os serviços, 10.0%). Mesmo quando as IMFs estão situadas nas zonas rurais elas raramente se concentram ao nível da produção. Quando o fazem dedicam-se essencialmente à comercialização do produto agrícola<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Este é o caso das IMFs como a CARE Internacional através do seu Programa Sustentável de Crédito para o Crescimento Empresarial (CRESCCE) que opera nas áreas rurais da Província de Manica e a World Vision em Tete, Nampula e Zambézia.

Em 2005 somente 3 IMFs (9.0% do total) dedicavam-se a serviços de crédito exclusivamente para a agricultura, outras 14 (44.0%, reduzido de 68% em 1997) financiavam o crédito para ambos os projectos de desenvolvimento do empresariado e a agricultura, e 2 ofereciam programas de garantias aos empregadores. Mas a fracção dos empréstimos para a agricultura era pequena e somente 2 IMFs poderiam ser consideradas como provendo amplamente crédito para a agricultura.

Esta tendência é similar mesmo quando a IMF se dedica exclusivamente à mulher<sup>11</sup>. Daude (2006) analisa as duas empresas oferecendo crédito para a produção agrícola. O projecto da CCCP\_CCOM que opera na Província nortenha de Cabo Delgado tem 4100 clientes e oferece 2 produtos principais, o crédito comercial para os pequenos comerciantes, e o agrícola que é dirigido aos camponeses que requerem empréstimos de longo prazo sem grandes exigências uma vez que não têm dinheiro durante o período de crescimento das suas culturas e somente podem fazer pagamentos com a venda das colheitas. Em algumas vilas esta IMF criou associações de produtores às quais provê acesso ao crédito em forma de insumos tais como sementes e pesticidas. Apesar dos sinais positivos que os clientes antigos (associados a mais de 3 anos) apresentaram de aumento das áreas de cultivo numa média de 3.1 para 3.4 hectares em apenas 1 ano, e de expansão das actividades familiares para sobrevivência nos períodos de escassez, a CCCP\_COM somente logrou 28.0% de participação da mulher. Isto contrasta com a proporção de 73.5% de clientes do sexo feminino nos subúrbios das áreas urbanas de Maputo e assim o é apesar dos grandes esforços de promoção da participação das mulheres. A instituição similar, a FCC, apenas logrou 15% de participação das mulheres. Factores culturais e religiosos são apontados como limitantes para o uso destas oportunidades mas é necessária uma análise mais profunda para consideração das questões de risco e de acesso efectivo a informação sobre o crédito.

---

<sup>11</sup> Este é o caso das IMFs como a ONG financiando as mulheres de Nampula ( a Caixa das Mulheres de Nampula), e o Fundo do Desenvolvimento da Mulher em Moçambique que opera na Província de Gaza, uma das províncias onde o índice de masculinidade é o mais país do país: para cada mulher existem somente 80 homens; e mais de 70.0% das mulheres estão empregues na agricultura, Veja-se [www.fdm-mz.mz.org](http://www.fdm-mz.mz.org).

A nossa análise mostra que mulheres e homens estão envolvidos no sector agrícola, mas as mulheres detêm a mais ampla participação. Comparativamente ao homem, a sua produção é no entanto dirigida ao consumo familiar com uma pequena percentagem dedicada ao mercado. Factores determinantes dessa orientação são essencialmente culturais e de sobrevivência, onde o cuidado da família está no centro e é reflectido também em termos do desenvolvimento do capital humano, acesso a tecnologia, terra e credito.

O AIPE ou a liberalização do comércio, em geral, traz desafios aos produtores locais directamente através da competição entre preços e indirectamente através do efeito de substituição. As características da produção acima apresentadas significam que existem muito mais limites para a mulher, do que para os homens, na sua capacidade de competir com importações mais baratas ou de, a curto prazo, mudar para a produção de bens para os quais poderiam ter vantagem comparativa.

Se os produtos importados da UE são iguais ou substitutos a produção local poderíamos esperar um impacto negativo sobre os produtores locais. Por enquanto, deve-se mencionar que a UE não produz culturas tropicais que possam provocar um impacto directo da competição entre preços. No entanto, pode-se esperar um efeito de substituição quer seja através da importação de produtos agrícolas similares quer seja através da importação de produtos alimentares manufacturados que por serem mais baratos ou implicarem poupanças de tempo e de energia (incluindo a energia humana) induzam o seu maior consumo pelos agregados familiares locais. Estes podem ser itens como os cereais e os produtos farináceos como as massas alimentícias e produtos de padaria, vegetais crus ou processados e fruta. Em Secções posteriores analisamos o conteúdo da liberalização e exploramos em detalhe os mecanismos através dos quais o potencial impacto pode ser sentido a nível do produto.

## ii.) O Sector Manufactureiro

O sector manufactureiro é o menor empregador entre os sectores económicos do país. Contribui com 24.2% do PIB, mas apenas absorve 7.3% do total da força do trabalho, sendo essencialmente intensiva da mão-de-obra masculina. As mulheres perfazem cerca de 11.6% ou simplesmente 1.3% do total da força do trabalho feminina. Entre os homens, a última proporção aumenta para 7.4%.

A análise a nível sectorial na Tabela 7 indica que as mulheres estão mais representadas na fabricação de produtos minerais de base não metálica (35,5% do total da força do trabalho do sector) dos quais a cerâmica<sup>12</sup> para a produção de almofarizes, potes, vasos e panelas de barro, tem a maior representação de 54.6%. O sector seguinte é o da produção de máquinas de escritório (30.9% da força do trabalho é feminina), mas o número absoluto é de somente 29 mulheres e 65 homens. O Inquérito às Empresas do INE não mostra qualquer item referente a esta indústria. A seguir está a indústria alimentar, principalmente a produção de produtos com base na farinha de trigo (26.0%) e de bebidas (24.6%), o vestuário (24.1%) e a indústria de papel (23.4%).

**Tabela 7: Proporção das mulheres nas diferentes ocupações, sector manufactureiro**

	Emprega dos	Conta Própria	Trabalhadores não pagos	Cooperativa	Empregador	Total
Mineração do carvão	4.9	-	-	-	-	5.8
Extração do Petróleo?	13.5	-	-	-	-	15.1
Extração de Urânio?	0.0	-	-	-	-	0.0
Extração de metais	1.3	11.2	25.4	0.0	2.4	3.0
Extração de outros metais	4.9	8.1	9.6	22.5	4.6	5.2
Processamento de carnes, Pescado e Fruta	14.2	46.8	42.6	80.0	9.1	17.6
Processamento de cereais	6.1	20.4	29.6	14.3	3.3	8.5
Produção de pão	6.1	20.4	29.6	14.3	3.3	8.5
Processamento de rações, açúcar e chocolate	9.7	32.2	29.7	0.0	6.7	12.7
Processamento de massas alimentícias,	25.4	40.0	-	-	0.0	26.0

<sup>12</sup> Não mostrado na Tabela 7.

Cuscuz & outros

Bebidas	28.8	18.0	28.0	100.0	18.5	24.6
Processamento de tabaco	15.0	50.0	50.0	0.0	12.5	15.7
Processamento de têxteis	15.2	36.4	41.5	42.9	20.3	18.8
Manufatura de vestuário	37.1	17.2	26.7	42.9	33.1	24.1
Processamento de couro	21.3	0.9	1.9	0.0	10.3	9.5
Processamento de madeira	2.9	9.3	14.4	5.9	2.2	8.1
Fabricação de papel e de produtos de papel	24.6	4.8	100.0	50.0	0.0	23.4
Publicidade, impressão e reprodução de informação	23.3	8.1	50.0	0.0	10.5	22.7
Processamento de derivados de petróleo	15.6	0.0	100.0	-	0.0	15.1
Indústria química	12.5	11.2	66.7	-	12.9	12.5
Produção de produtos de borracha	10.5	3.8	0.0	50.0	5.0	10.2
Produção de minerais não metálicos	9.7	43.6	43.5	26.7	8.2	35.3
Indústria de metais básicos	6.2	1.8	10.5	0.0	3.4	5.3
Indústria de produtos metálicos, excepto maquinaria e equipamentos	2.4	2.1	5.6	14.3	2.1	2.4
Ind de Maquinaria e equipamento	8.4	4.7	0.0	-	0.0	7.4
Fabrico de máquinas de escritório	24.7	60.0	100.0	-	0.0	30.9
Fabrico de maquinaria e de aplicações electrónicas	13.7	1.4	-	-	11.1	12.2
Fabricação de equipamento de comunicação, Rádio, TV,	10.5	8.6	0.0	-	0.0	9.8
Fabricação de instrumentos médicos e de precisão	18.2	3.6	15.5	-	0.0	12.6
Fabricação de veículos motorizados	6.0	0.0	-	-	11.1	5.8
Fabricação de outros equipamentos de transporte	5.5	1.2	5.0	-	0.0	4.5
Produção não especificada de mobílias	2.4	0.7	2.9	2.4	2.0	1.5
Reciclagem	5.0	0.0	-	-	0.0	4.2

Proporção das mulheres por ocupação - Total	10.5	13.1	23.9	20.6	7.3	12.1
Distribuição das mulheres (só) - Total	44.7	43.1	9.5	0.2	1.2	100.0
Distribuição dos homens (só) - Total	52.5	39.5	4.2	0.1	2.1	100.0

Fonte: Estimativas com base nos dados preliminares do Censo da População, 2007

Nota: Os números em itálico referem-se a casos com menos de 10 pessoas no sector

No que concerne as categorias ocupacionais, ambos homens e mulheres tendem a se empregar ou como assalariados ou por conta própria, mas as mulheres tendem a trabalhar mais por conta própria do que os homens. A presença de trabalhadores familiares sem remuneração (as mulheres constituem 24.0% deles) é um sinal da existência de uma proporção importante de empresas informais. Estimativas disponíveis com base no Inquérito ao Sector Informal de 2004 mostra que de facto mais de metade (57.9%) da força do trabalho no sector manufactureiro, incluindo parte significativa de assalariados e empregados por conta própria<sup>13</sup>, é informal.

Com base na proporção das mulheres no total dos trabalhadores de cada indústria, a Tabela 7 também indica que:

- Entre os assalariados, as mulheres estão melhor representadas no sector do vestuário, bebidas, indústrias alimentares na base da farinha, e indústria do papel;
- Entre os empregados por conta própria a maior representação está no processamento de tabaco, processamento de carnes e frutas, bens de base minerais (não metais), indústrias alimentares na base da farinha;

<sup>13</sup> Em Moçambique existem enfoques diferentes em relação a definição do sector informal. O critério principal tem sido a falta de registo do empreendimento. Porém existem dois níveis de registo: no conselho municipal e nos Ministérios/departamentos financeiros. Nós consideramos estes últimos como parte do sector formal, uma vez que eles pagam impostos (sobre o rendimento de pessoal colectivas e sobre pessoas singulares). Na altura do inquérito, os outros só pagavam uma taxa pela ocupação do espaço.

- As mulheres trabalhadoras sem remuneração estão maioritariamente no processamento da carne e de frutos, bens de base mineral (não metálicos) e na produção de rações<sup>14</sup>
- As mulheres proprietárias estão mais representadas na manufactura do vestuário (33.1%), processamento têxtil e na indústria de bebidas. Uma vez que na manufactura de vestuário existe uma importante representação de mulheres assalariadas e proprietárias e podemos ter acesso a alguma informação, dedicamos um pequeno background sobre a manufactura têxtil e de vestuário na Caixa 1.

Os sectores mais intensivamente masculinos consistem essencialmente na extracção e nas indústrias de base metálica, na fabricação de itens de transporte, mobílias e reciclagem.

Quanto aos rendimentos no sector manufactureiro, o relatório do Banco Mundial (2007) indica que logo depois do sector agrícola onde a incidência da pobreza é estimada em 58.2%, o manufactureiro tem também mais de metade (54.0%) da sua força de trabalho pertencente a agregados familiares pobres. O sector dos serviços concentra menos pobreza (privado, 44.4% e público, 32.9%)

**Box 1: Os Sectores têxtil e de vestuário em Moçambique.**

Sobre o sector de vestuário e manufactureiro, Lee (2003) indica que até quando os efeitos das reformas económicas de 1987 começaram a surtir efeito, o país tinha cerca de 7 indústrias têxteis quase o mesmo número de indústrias de vestuário e um grande número de alfaiates/modistas informais por conta própria.

A produção de têxteis já operava abaixo da sua capacidade principalmente devido a falta de matéria-prima, dado o ambiente de instabilidade política. A liberalização implicou cortes nos subsídios a estas empresas e a sua privatização somente assegurou o funcionamento de 2 empresas até meados do ano 2000.

Actualmente as 2 empresas poderão ser abertas, mas a questão que se coloca aqui é que o encerramento das empresas implicou perdas do emprego que as mulheres (e os homens) tinham. Não tivemos acesso a

<sup>14</sup> Não estão incluídos os casos onde apesar de a proporção de mulheres ser alta, o seu número absoluto ser pequeno (todos com menos de 5 mulheres).

informação sobre a distribuição por sexo dos trabalhadores, mas o facto de que uma das empresas que poderá reabrir em 2008 ou 2009<sup>15</sup> empregará 600 pessoas das quais quase todas são mulheres, constitui uma indicação sobre quanto aquelas empresas eram intensivamente de mão-de-obra feminina.

As actividades de alfaiataria/modista da mulher são essencialmente de nível micro e caseiras e podem incluir proprietárias com um número pequeno de trabalhadoras remuneradas. No início do processo de liberalização a sua produção foi negativamente afectada pela liberalização da importação de vestuário de segunda mão (veja-se <http://www.afrol.com/articles/10712>). Porém, como elas continuaram a produzir roupa, principalmente roupas de gala e de uso corrente/uniformes para a classe média baixa até a alta, a preços baixos comparativamente a roupa nas lojas as suas pequenas empresas conseguiram sobreviver. Não podemos ter acesso a informação sobre os lucros ganhos por estas micro empresárias. No entanto, o estudo de Byers (2006) indica que em 2005 a taxa de lucro no sector de vestuário estava no quinto lugar entre as 6 empresas analisadas mas ainda eram positivos (a 13.8%). Os lucros mais altos eram do sector têxtil (22.7%) e os mais baixos das indústrias de base metálica (5.4%). Por nível de actividade, as micro empresas auferiam os rendimentos mais baixos (12.3%) comparativamente às pequenas (14.2%), as médias (20.0%) e as grandes (26.4%).

Quase toda a sua material prima consistiu em importações de tecidos, linhas de costura, e máquinas de costura. As indústrias de vestuário formais eram todas orientadas à exportação exceptuando uma que produzia uniformes. Não podemos ter acesso a informação sobre a absorção da força do trabalho nestas indústrias.

O estudo sobre o sector manufactureiro formal realizado pelo Banco Mundial (1999) não prove uma análise com dimensão do género. No entanto, ele mostra que os salários mensais em 1999 eram os mais baixos (€39.8) para os empregados com ocupações nas áreas de produção e de serviços. Os técnicos e directores auferiam os salários mais altos (€130.2 e €114.3, respectivamente). Por sector, os salários dos trabalhadores não qualificados das indústrias alimentares (€39.3) e têxteis (€37.1) eram os mais baixos. O sector dos metais (€51.9) e de madeira (€42.0) auferiam os salários mais altos. Vimos acima que é exactamente nos sectores têxtil e alimentar onde a proporção das mulheres é relativamente maior. E, uma vez que mais de dois terços da força de trabalho feminina (67.8%) não tem formação ou somente alcançou o nível primário (Tabela 8), podemos

---

<sup>15</sup> Texlom é uma empresa textile na Cidade da Matola que foi encerrada em 1999 (Coughlyn, 2001). E de acordo a [www.allafrica.com](http://www.allafrica.com), a Direcção Nacional da Indústria ela foi vendida a Fundação Aga Khan e poderá recomeçar as suas actividades em 2008.

concluir que o emprego no sector manufactureiro formal permite rendimentos mais elevados para os homens do que para as mulheres.

**Tabela: Força do trabalho feminina urbana por alcance educacional**

	Nenhum	Primário	ESG1	ESG2	Terciário	Total
Agricultura	80.5	18.7	0.6	0.0	0.2	100.0
Indústria extractiva	61.3	28.3		10.4	0.0	100.0
Manufatura	18.4	49.4	4.3	8.6	19.3	100.0
Construção	17.5	58.4		7.0	17.1	100.0
Transporte	9.3	39.1	26.1	25.5	0.0	100.0
Comércio	50.7	45.8	2.2	0.7	0.6	100.0
Serviços	36.1	50.8	6.4	5.1	1.6	100.0
Educação	0.5	36.7	32.4	14.6	15.9	100.0
Saúde	9.4	37.7	19.2	29.1	4.6	100.0
Administração pública	9.7	35.8	10.6	24.5	19.4	100.0
Total	64.9	28.9	2.9	2.1	1.3	100.0

Fonte: Estimativas com base no Inquérito aos agregados familiares de 2003

Quanto ao sector manufactureiro informal, a análise realizada pelo INE (2006) não desagrega a propriedade, produção, salários e rendimentos por sexo e os seus resultados são apresentados a nível altamente agregado. Porém, os dados dão uma indicação de que este sector paga os salários mais baixos por hora comparativamente aos sectores dos serviços e de turismo. Assim, enquanto que a manufatura pagava cerca de 12.9 meticais por hora (um pouco mais de €0.46 em dólares correntes ou €73.8 por mês), os serviços e o turismo pagavam cerca de 2.0 meticais mais. Nas áreas rurais, os salários da manufatura são quase metade (6.0 meticais) da média do sector.

Informação adicional provida pela UNESCO é já antiga (1997) mas ela indica que na altura os empregados por conta própria estavam em melhores condições: alfaiates, carpinteiros, mecânicos/bate-chapas e reparadores de bicicletas, todos de nível artesanal, auferiam entre os €17.8 e €71.2 por mês. Porém, os produtores de bens que exigiam fraco nível de investimento como os carvoeiros, lenhadores, produtores de bebidas alcoólicas, escultores, peças de cerâmica e produtores de peixe seco ganhavam somente €8.9 a €26.7.

Havíamos afirmado acima que as mulheres trabalhando por conta própria estavam também representadas na produção de produtos de base mineral (não metálicos) como os

cerâmicos, na produção de vestuário (as modistas), na padaria e nas bebidas. Destas actividades apenas as modistas parecem ganharem rendimentos relativamente altos. É, no entanto, importante considerar que o ambiente económico mudou para uma maior dinâmica e isto poderá ter mudado o nível de rendimentos especialmente na cerâmica, carvoaria e lenha. Actualmente, pode-se observar nas estradas das cidades mudanças na qualidade dos produtos cerâmicos e nas peças de artesanato. O aumento da mercantilização também por eliminação das restrições à exportação destes produtos induziu a maior procura, especialmente por turistas. No entanto, necessitaríamos de mais informação para perceber como é que estes altos preços e vendas são reflectidas no nível de vida dos produtores.

Em suma, pode-se afirmar que os salários no sector manufactureiro não garantem o bem-estar dos seus trabalhadores, e isto é pior para as mulheres na secção de produção dos sectores têxtil e alimentar. Em geral, os homens derivam maior rendimento da força do trabalho, porque mais do que as mulheres, eles têm maior formação e/ou estão empregados em sectores de salários mais altos. Mas uma vez que a maioria dos homens trabalhadores assalariados estão nas secções de produção pode-se afirmar que eles também auferem baixos salários. Os rendimentos são maiores para os empregados por conta própria em áreas exigentes em termos de qualificação e de investimento. As mulheres ganham melhores rendimentos como empregadas por conta própria ou como empregadoras na produção de vestuário, sector onde a margem de lucros é relativamente maior.

O impacto do AIPE sobre o sector manufactureiro dependerá do conteúdo da liberalização. Um sinal já foi antes dado para o caso das indústrias têxtil/vestuário que fecharam devido a competição directa imposta pela liberalização. Importações de bens manufacturados a baixo preço poderão asfixiar as poucas indústrias locais existentes. As pequenas indústrias produzindo artigos de cerâmica, bebidas, alimentos e têxteis são facilmente substituíveis pois operam em pequena escala e têm uma pequena margem de lucro. Almofarizes podem ser substituídos por moageias eléctricas, as alfaiatarias o podem pela importação de vestuário de baixo custo, e os alimentos por alimentos pré-

preparados mais baratos. Apesar dos salários relativamente altos nos sectores dominados pelos homens como nos de metal, a sua sobrevivência dependerá do preço dos bens metálicos importados (se forem liberalizados).

### iii.) As mulheres no sector dos serviços

Como foi acima mencionado, o sector dos serviços constitui o maior contribuinte no rendimento nacional. 45.3% do PIB do país deriva deste sector e é o segundo maior empregador. Absorve 20.3% da força de trabalho masculina e 7.5% da feminina.

A Tabela 9, no entanto, indica que a proporção das mulheres no sector é desproporcional. A sua presença é maior entre os “outros serviços” (52.6%) que se relacionam com as organizações da sociedade civil (como sindicatos, grupos religiosos), os serviços de limpeza e de cabeleireiro, e empregados domésticos. A seguir está o sector da saúde onde as mulheres quase perfazem metade dos trabalhadores (48.6%) e o da venda a retalho exceptuando os veículos (43.4%), investigação e desenvolvimento (33.3%), transporte aéreo (33.3%) e o da educação (32.6%).

Por categoria ocupacional, a maioria das mulheres são encontradas no emprego por conta própria e como assalariadas. A tendência dos homens é similar, exceptuando o facto de que mais de metade deles empregam-se como assalariados comparativamente a um terço entre as mulheres.

**Tabela 9: Proporção das Mulheres em Cada Ocupação no Sector dos Serviços**

	Assalariadas	Conta Própria	Familiares sem remuneração	Cooperativa	Empregador	Total
Produção e distribuição de água e electricidade	6.9	3.6	18.8	-	0.0	7.0
Armazenamento e limpeza da água	10.6	5.1	27.3	100.0	18.2	9.4
Construção	3.4	7.8	17.4	10.7	2.1	8.5
Comércio de	3.8	3.7	5.9	6.7	3.0	4.8

Veículos						
Comércio a grosso excepto veículos	16.5	39.3	38.5	40.0	16.6	27.0
Comércio da Retalho excepto veículos	15.1	39.9	40.7	21.6	27.8	43.4
Hotéis e restaurantes	27.7	40.8	66.4	20.0	32.9	29.9
Transporte rodoviário	2.5	1.7	3.4	8.3	1.2	2.8
Transporte marítimo	4.3	2.4	6.7	0.0	1.5	2.0
Transporte aéreo	19.3	51.9	62.8	50.0	16.7	33.3
Serviços de apoio ao transporte	5.6	5.9	22.1	0.0	3.6	5.8
Correio e Telecomunicações	21.9	5.6	0.0	-	10.0	24.4
Intermediação financeira	34.0	10.2	22.2	0.0	18.8	30.2
Seguro e pensões excepto os compulsivos	24.5	0.0	-	-	0.0	14.3
Serviços de apoio a intermediação financeira	17.7	9.1	-	-	17.4	11.1
Serviços de aluguer de imóveis	6.9	5.9	14.1	0.0	0.0	8.3
Aluguer de maquinaria	11.1	3.0	5.6	-	0.0	12.5
Informática e similares	28.2	17.1	47.6	0.0	7.1	30.6
Investigação e desenvolvimento	25.5	14.3	-	-	0.0	33.3
Outras actividades de investigação (legal, etc)	10.7	10.4	14.0	21.4	6.5	11.9
Administração pública e defesa	14.3	15.3	29.8	8.3	5.2	19.1
Educação	26.6	18.1	35.8	75.0	33.3	32.6
Saúde	40.7	39.2	54.3	38.5	35.4	48.6
Outros serviços	29.1	40.5	61.5	36.1	43.9	52.6
Proporção da mulher por ocupação - Total	16.4	33.6	41.4	27.2	23.8	25.4
Distribuição da mulher (só) - Total	33.7	48.8	9.7	0.1	1.7	100.0
Distribuição do homem (só) - Total	58.2	32.7	4.7	0.1	1.8	100.0

Fonte: Estimativas com base nos dados preliminares do Censo Populacional de 2007

A maior concentração das mulheres nos serviços relacionados com o cuidado humano está ligada tanto ao seu baixo nível de formação profissional, como às normas sociais relativas ao género. Como é mostrado nas Tabelas 4 e 8, mais de três quartos da força de trabalho feminina urbana e 90.0% da rural na área dos serviços não tem mais do que o ensino primário. As habilidades que elas utilizam nesta “economia dos cuidados” são essencialmente aqueles adquiridos na família através da transmissão de mães para filhas.

Nos serviços de venda a retalho, a Tabela 7 mostrou que 4.1% de toda a força de trabalho feminina está aí empregada, mas elas estão mais concentradas entre as pequenas vendedoras (3.7%), algumas delas licenciadas. Elas podem ser proprietárias dos seus negócios quer seja por conta própria, membros de cooperativas ou empregadoras, mas a maioria trabalha com famílias sem remuneração ou como assalariadas.

As actividades de pequenas vendas a retalho pelas mulheres têm sido ligadas à simplicidade dos mecanismos de entrada uma vez que estas actividades necessitam de pequenos valores monetários para o seu início e de capacidades de negociação pessoais e simples, sem exigirem conhecimentos básicos de contabilidade principalmente para fins fiscais. A flexibilidade na alocação do tempo consiste numa vantagem adicional para a mulher, uma vez que elas dividem o tempo com o trabalho caseiro<sup>16</sup>.

Sendo primariamente negócios de curto ciclo, os trabalhadores por conta própria e empregadores urbanos têm tirado vantagem da presença dos serviços providos pelas instituições micro financeiras para o crescimento dos seus negócios, vendendo todo o tipo de alimentos e vestuário ambos importados ou produzidos localmente. Existem porém diferenças entre os pequenos vendedores: alguns vendendo grandes volumes de mercadoria e outros vendendo pequenas quantidades de bens como cigarros por unidade, vegetais, palitos de fósforo, por vezes até à entrada das suas casas. O estudo pela UNESCO (1997) referiu-se a rendimentos líquidos abaixo dos €13.4 por mês que contrastam com receitas bem maiores que variam entre os €446.1 e €890.2 para os pequenos vendedores licenciados. De Vletter (2003), na sua análise da CRER (Programa

---

<sup>16</sup> Veja-se, por exemplo, De Vletter (1996), *The informal Sector in Mozambique*.

de Crédito para os Empreendedores Rurais) descreve o comércio rural das mulheres como:

- Combinando as actividades caseiras com as empresariais e por isso a fraca continuidade do fluxo monetário para amortização das dívidas;
- Sendo essencialmente caseiro e gerido por mulheres de baixo nível de educação;
- Sendo menos lucrativos do que os realizados pelos homens;
- Não tendo suficiente riqueza/bens que possam servir de colateral;
- De exclusão própria, uma vez que as mulheres, particularmente as mais pobres, podem se considerar não qualificadas para aquisição de empréstimos, a não ser que se faça um esforço para as alcançar e informar, daí a necessidade de lhes afastar do âmbito caseiro;
- Desvalorizadas pelas normas sociais e atitudes que servem de desincentivo para o aumento da sua produção e produtividade; e,
- Estando entre os mais pequenos.

O emprego nas áreas como a educação, saúde, investigação e actividades administrativas exige um certo nível de qualificação. O aumento da proporção de mulheres na área da investigação é recente e resulta dos esforços do Governo dirigidos a expandir o acesso a educação, aumentando assim o stock da força de trabalho qualificada no país. De quase nenhuma força de trabalho qualificada no período da Independência nacional em 1975, o tamanho da força de trabalho qualificada aumentou para cerca de 5.0%. 1.1% da força do trabalho feminina é qualificada.

No que concerne as condições de trabalho dos assalariados é importante mencionar que a maioria das actividades ligadas ao cuidado familiar e a pequena venda de bens são essencialmente informais, e poderão não ser muito diferentes das condições dos assalariados no sector manufactureiro. Os arranjos de contratação informais implicam relações de trabalho (direitos e obrigações) estabelecidas quase sempre verbalmente. A ausência de um contrato de trabalho abre, então, espaço para desvios de cumprimento das obrigações entre as partes envolvidas uma vez que não existe um documento básico sobre

o qual se podem resolver os problemas de forma legal. Grande parte das soluções dos problemas depende de um acordo entre as partes. Situações de falta de cumprimento das obrigações são muitas vezes reportadas e isto se relaciona com o abuso e assédio, a falta de pagamentos, a sobrecarga ambos em termos de horas trabalhadas e da sua intensidade (De Vletter, 1996).

Para os empregados domésticos, o estudo por Oya et al (2006) refere-se a empregadas domésticas que trabalham por apenas €8.05 por mês, enfrentando por vezes atrasos no pagamento. Trabalhadoras domésticas realizam quase todas as actividades domésticas por mais de 10 horas por dia, faltando-lhes então tempo para o seu próprio cuidado e da sua família. Da Secção sobre a agricultura lembramos que grande parte do trabalho é feito manualmente uma vez que o acesso a electricidade está mais concentrado nas áreas urbanas e o número de agregados familiares com equipamento de limpeza eléctrico é pequeno, e nem todas as casas possuem água canalizada dentro de casa.

Esta situação é diferente das trabalhadoras da área da saúde, educação e administração pública que por um lado são formais e os seus contratos têm base legal, e a maioria deles têm educação secundária ou terciária. Os salários no sector formal são anualmente indexados contra a inflação e para reflectir o crescimento de cada sector. Adicionalmente, a Lei do Trabalho protege a mulher por impor a igualdade salarial para mesma categoria de trabalho, licença de parto sem risco de perda de emprego, e no seu Artigo 11 especifica que qualquer acto que atente contra a dignidade da mulher no trabalho é punível por Lei, e é proibido ao empregador despedir, sancionar ou causar danos à mulher por ela ter clamado contra actos de discriminação ou exclusão (República de Moçambique, 2007).

Em geral, os serviços têm consumido intensamente as importações enquanto contribuindo mais largamente para o rendimento nacional. A Tabela 10 mostra que dos 14.8% de absorção interna das importações manufacturadas, 5.6pp são infra-estruturas relacionadas com a provisão de serviços como equipamentos, veículos e mobiliário. Analisaremos abaixo a medida em que elas contribuem para a melhoria das condições de trabalho das

mulheres pobres enquanto aumentando a sua produção e produtividade. Gostaríamos de mencionar que uma vez que os serviços empregam mais homens do que mulheres estas importações beneficiam mais aos homens, principalmente os qualificados e os suficientemente abastados para poderem adquirir tais equipamentos. A pequena proporção de mulheres qualificadas que trabalham nos sectores da educação, saúde, administração pública, investigação e desenvolvimento, transporte aéreo e intermediação financeira também tiram benefício dessas importações. O Capítulo abaixo analisa o consumo por níveis de pobreza de forma a prover uma visão clara dos padrões de consumo no país.

**Tabela 10: Importações de Infra-estrutura relacionadas com os Serviços**

	<b>Produção/PIB</b>	<b>Importações/Absorp Interna</b>	<b>Exportações/Produção</b>
Maquinaria não agrícola	0.2	1.1	0.3
Equipamento e máquinas de escritório	0.0	0.4	0.0
Máquinas eléctricas e acessórios	0.0	0.7	0.0
Equipamentos & Rádio, TV & Acessórios de comunicação	0.0	0.5	0.0
Outras maquinarias e equipamento	0.0	0.4	0.0
Automóveis de passageiros	0.0	0.5	0.1
Outros automóveis	0.0	1.2	0.1
Peças de automóveis	0.0	0.2	0.0
Outro material de transporte	0.1	0.4	0.1
Mobiliário	2.3	0.1	0.0
Outras manufacturas não especificadas	0.2	0.1	0.0
Sub-Total	2.7	5.6	0.6
Total Manufatura	42.8	14.8	11.0

Fonte: Estimativas com base nos mapas de equilíbrio económico do INE (2006)

## **b) O Consumo Familiar**

Os inquéritos sobre o orçamento familiar têm falhado na sua capacidade de mostrar o consumo dentro de cada agregado familiar. Não podemos ter acesso a qualquer publicação que eventualmente fizesse análises a nível individual e com a dimensão do género. Isto dificultou a focalização da nossa análise sobre o padrão de consumo por sexo a nível do indivíduo. Porém, uma vez que o inquérito de 2002/3 identificou o sexo do

chefe do agregado familiar, aproveitamo-nos disso para comparar o consumo dos agregados familiares chefiados por mulheres daqueles chefiados por homens.

Chiconela (2004) indica que, em geral, em 2003 os agregados familiares chefiados por mulheres apresentavam maior incidência da pobreza do que os chefiados por homens. Nas áreas urbanas esta incidência foi de 62.6% e nas rurais 61.8%. Para os chefiados por homens a incidência foi de 53.5% e 48.4%, respectivamente. Estimativas adicionais por Boughton (2006) indicam que a proporção de agregados chefiados por mulheres/viúvas declina quando aumenta o nível do rendimento. Enquanto que no primeiro quintil as mulheres/viúvas compreendem 34.3% e 13.4% dos agregados familiares, no quinto quintil a sua proporção cai para 15.7% e 4.0%, respectivamente.

As nossas estimativas com base no mesmo Inquérito na Tabela 11 parecem estar de acordo com a informação acima; os agregados familiares chefiados por mulheres apresentam um nível mais baixo de consumo do que os chefiados pelos homens da mesma região. A situação é pior entre os agregados familiares urbanos do norte onde os chefiados pelas mulheres consomem quase um quarto daqueles chefiados por homens. Somente os agregados familiares chefiados por mulheres das áreas urbanas do sul do país aproxima-se aos agregados chefiados por homens, mas aqueles ainda estão 12.7pp abaixo.

**Tabela 11: Rácio do Consumo entre mulheres e Homens (chefes de agregados familiares), 2003**

	Norte	Centro	Sul
Chefes Mulheres/Homem			
Urbano	25.8	34.8	87.3
Rural	45.5	50.8	57.8

Fonte: Estimativas com base no IAF, 2003

A Tabela 12 mostra como é que o consumo se distribui entre os agregados familiares por nível de pobreza, residência e sexo. Ela refere-se aos principais produtos consumidos, mas incluíram também alguns itens que serão utilizados abaixo na análise do impacto do AIPE. Da Tabela é visível que existem diferenças regionais, de rendimento ou por sexo no padrão de consumo com os agregados familiares rurais consumindo mais os bens e

serviços essenciais do que os urbanos, particularmente os agregados familiares não pobres do sul chefiados por homens.

Os agregados familiares pobres chefiados por mulheres são os que mais centram o seu consumo nos bens e serviços essenciais do que quaisquer outros agregados. Entre 48.9 e 54.4% do seu rendimento é gasto em bens alimentares que no sul constem essencialmente em vegetais, algum peixe e arroz (ou farinha de milho no norte e centro do país). O seu consumo de bens alimentares manufacturados é mínimo comparativamente a outros agregados familiares da mesma região, e ao invés de gastarem em bens não alimentares manufacturados como vestuário e sapatos, eles alocam parte importante do seu rendimento nas despesas com a educação e saúde. O seu fraco acesso a fontes de energia como electricidade, gás e petróleo é reflectido nas suas maiores despesas com lenha ou carvão. Como foi acima mencionado, estas fontes de energia exigem enorme dispêndio de tempo e de energia humana.

Os padrões de consumo melhoram quando se olha para os agregados familiares não pobres chefiados por mulheres dado que não somente diversificam mais a sua dieta como também podem expandir o seu consumo para os produtos manufacturados (alimentares e não alimentares). Mas, quando comparados com os agregados familiares não pobres chefiados por homens, os chefiados por mulheres ficam em desvantagem: a proporção do orçamento dedicado aos bens essenciais pelos agregados chefiados por homens é relativamente menor. Eles gastam menos em alimentos e na saúde e na educação; consomem mais produtos alimentares manufacturados enquanto usando mais fontes de energia moderna e água canalizada. Em termos de consumo de tempo e de energia humana esta tendência significa que os agregados familiares não pobres e chefiados por homens têm recursos humanos adicionais que não somente implicam melhor saúde, mas também disponibilidade para despesas em outras áreas que podem incluir o desenvolvimento do capital humano e meios para o aumento da produção e produtividade.

Aparentemente, as mulheres pertencentes aos agregados familiares não pobres e chefiados por homens deveriam também beneficiar dessas despesas porque elas são também responsáveis pelo cuidado da família (lavam, limpam, cuidam das crianças, fazem as compras, entre outros). Deveria beneficiar também as mulheres que provêm serviços a estas famílias, uma vez que a dimensão e peso das actividades são imensos. Porém, olhando para as despesas em electrodomésticos como máquinas de lavar, termo acumuladores, micro ondas e outros aparelhos similares, é visível nenhuma destas despesas é considerável. De facto, de uma amostra de 8,700 famílias no inquérito de 2003, somente 3 tinham feitos despesas em máquinas de lavar, e 1 em micro ondas. Desenvolveremos o caso das máquinas de lavar em secções posteriores.

Nesta circunstâncias, a liberalização do comércio beneficiaria mais os agregados familiares não pobres e chefiados por homens, principalmente o quintil mais rico. Os de nível médio e baixo ainda lutam por alcançar níveis básicos de bem-estar.

### **c) O Orçamento Público**

O principal aspecto dos debates sobre o impacto das políticas macroeconómicas restritas sobre o género relaciona-se com as evidências que mostram que quando existe uma contracção orçamental as áreas que são mais sacrificadas são exactamente aquelas que afectam a mulher, por: (i) transferir as responsabilidades públicas para a esfera doméstica como nos casos da saúde, (ii) limitar as possibilidades de fortalecimento económico da mulher uma vez que os subsídios aos produtores são removidos, (iii) cortar a provisão dos serviços sociais básicos, e, (iv) limitar os investimentos nos serviços económicos e sociais que não somente constroem o seu capital humano, reduzem a carga de tempo e de energia humana necessária para a execução das suas tarefas, como também aumentam a sua produtividade. Ao analisar o impacto da liberalização do comércio sobre a mulher, os mesmo aspectos de debate retornam uma vez que a remoção das tarifas pode reduzir a disponibilidade de recursos financeiros necessários para financiar as actividades relacionadas com as necessidades da mulher dado que quando o orçamento é restrito as áreas sacrificadas concernem principalmente as da mulher.

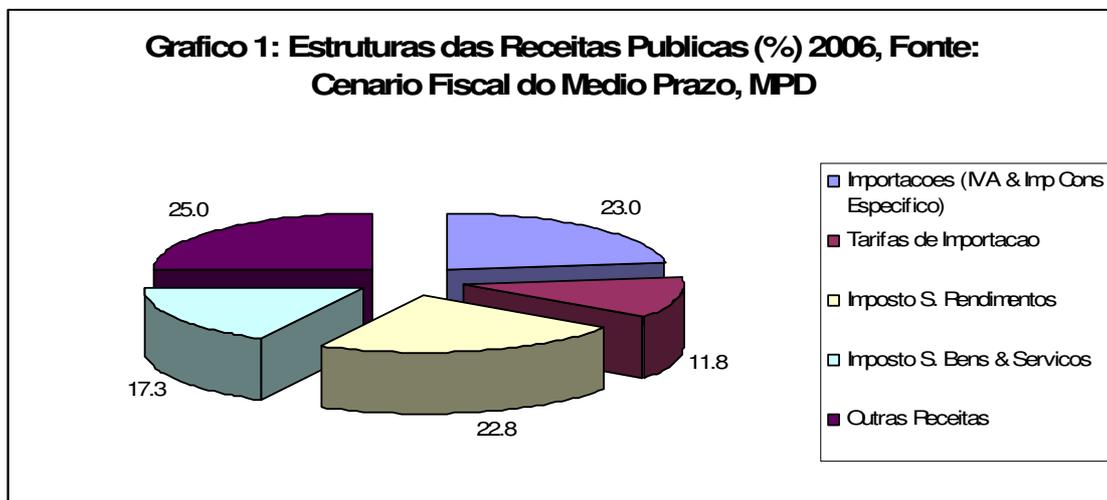
**Tabela 12: O padrão do consumo real pelas famílias por situação de pobreza e residência, 2003**

Produto	AF Chefiado por Homem												AF Chefiado por Mulher												Total
	Urbano Pobre			Não Pobre Urbano			Rural pobre			Rural não pobre			Pobres Urbanos			Não Pobres Urbanos			Pobres Rurais			Não Pobres Rurais			
	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	Norte	Centro	Sul	
<b>3 Cereais principais</b>																									
Arroz	2.3	1.6	1.6	2.0	1.5	0.9	1.6	1.0	2.5	1.9	1.6	2.2	2.7	1.9	2.0	2.5	1.7	1.1	1.8	0.9	2.6	1.5	1.3	2.1	1.5
Grão de Milho	0.4	0.4	0.2	0.4	0.3	0.1	0.8	0.9	1.5	0.5	0.5	1.4	0.2	0.4	0.2	0.3	0.3	0.2	0.7	0.9	1.9	0.6	0.2	1.7	0.4
Farinha de milho	3.5	2.1	0.6	2.1	1.5	0.5	3.6	3.5	0.6	3.5	3.3	0.6	3.3	2.7	0.6	3.2	1.3	0.5	4.1	3.8	0.5	4.2	3.8	0.8	1.7
<b>2 Farinhas principais(manufaturados)</b>																									
Massas alimentícias	0.2	0.2	0.6	1.0	0.4	0.6	0.1	0.0	0.2	0.1	0.2	0.5	0.2	0.0	0.5	0.3	0.3	0.7	0.0	0.0	0.1	0.0	0.1	0.4	0.5
Pão	1.9	2.0	2.9	2.2	2.2	2.6	0.5	0.4	1.7	0.9	1.0	2.3	1.9	1.5	2.7	2.4	2.4	2.8	0.4	0.5	1.8	0.7	0.8	2.4	2.0
<b>2 Carnes Principais</b>																									
Frango	0.4	0.3	0.7	1.2	1.0	1.4	0.6	0.8	0.6	1.1	1.2	1.2	0.3	0.1	0.4	0.8	1.0	1.5	0.6	0.7	0.6	0.8	1.1	0.8	1.1
Peixe	5.3	5.7	2.9	3.7	3.4	1.9	4.9	3.8	2.8	4.3	4.1	2.7	5.4	5.1	2.6	5.1	3.4	1.9	4.3	4.5	2.4	3.4	3.6	1.9	3.2
<b>Fruta</b>																									
Local	1.2	1.7	0.3	1.4	1.8	1.0	2.0	3.4	1.6	1.8	2.8	1.7	1.6	2.2	0.8	1.0	2.5	1.5	2.1	3.2	1.5	2.2	3.0	2.5	1.7
Importada	2.8	2.2	5.3	2.2	2.3	0.3	0.0	0.0	0.6	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.0	0.0	0.5	0.0	0.4	0.5	1.0
Vegetais	11.0	10.6	14.1	8.5	7.3	7.5	9.5	13.5	16.5	7.8	9.7	11.4	8.5	9.3	12.6	5.3	6.3	8.8	10.9	14.7	17.6	11.3	11.9	15.7	9.3
Feijões	5.2	3.0	1.6	3.9	2.1	1.1	6.7	3.6	1.2	5.6	3.3	1.5	5.9	3.3	1.6	3.7	2.5	1.2	7.3	4.0	1.2	7.1	4.2	1.2	2.5
Ervilhas	0.4	0.0	0.0	0.5	0.0	0.0	0.9	0.1	0.0	0.3	0.1	0.0	0.3	0.0	0.0	0.4	0.0	0.0	0.8	0.0	0.0	0.5	0.1	0.0	0.1
Tomate	0.0	0.5	0.0	0.0	0.2	2.4	1.9	1.9	2.3	1.9	2.0	2.2	3.9	3.2	3.1	3.1	2.6	2.4	2.3	2.0	2.6	2.4	2.1	2.4	1.6
Batata	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.9	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	0.4	0.5	0.0	0.0	0.7	0.6	0.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.3
Batata-doce	0.2	0.1	0.3	0.7	0.0	0.2	0.5	1.0	0.6	0.6	1.1	0.4	0.7	1.3	0.4	1.0	0.8	0.2	1.0	1.6	0.6	0.3	1.6	0.5	0.5
Mandioca	0.8	1.0	0.4	0.5	0.8	0.3	2.3	1.4	2.3	1.8	1.3	1.6	1.3	0.6	0.8	1.1	0.6	0.5	2.5	1.6	2.4	2.3	1.1	2.1	0.9
Mandioca seca	1.4	0.8	0.8	0.9	0.6	0.0	1.0	0.1	0.2	0.7	0.1	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	1.0	0.4	0.2	0.9	0.1	0.1	0.4
Açúcar	2.1	2.3	2.0	2.0	1.9	1.0	0.5	0.9	1.4	1.0	1.5	1.7	1.2	2.0	1.8	1.8	2.1	1.4	0.6	0.9	1.0	0.9	1.4	1.2	1.5
Chá/Café/Choco	0.2	0.4	0.9	0.6	0.7	0.4	0.0	0.1	0.3	0.1	0.2	0.4	0.3	0.4	0.8	0.1	0.9	0.5	0.0	0.1	0.3	0.0	0.4	0.4	0.4
Refrigerante	0.1	0.0	0.2	0.1	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.7	0.1	0.0	0.2	0.1	0.8	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.5	0.4
Sumo	0.0	0.1	0.1	0.2	0.3	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.1	0.0	0.0	0.1	0.1	0.2	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7	0.1	0.2
Bebidas Alcoólicas	0.8	1.2	2.7	0.8	1.1	3.1	1.2	1.3	1.9	0.7	2.7	4.0	0.0	1.3	2.4	0.6	1.1	2.8	1.3	1.0	1.2	1.0	0.9	3.9	2.0
Whisky	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Vestuário e calçado	5.2	5.0	4.2	8.9	7.8	6.1	7.0	4.0	4.0	11.4	6.9	6.3	5.2	4.6	4.3	7.8	5.6	6.1	7.0	2.5	3.7	7.0	5.5	6.5	6.7
Aluguer, água, electricidade	12.6	12.1	11.9	8.3	9.0	11.1	13.2	12.6	13.9	11.4	10.1	9.9	12.3	12.9	12.5	12.0	10.5	11.3	12.7	12.7	11.3	11.6	10.9	12.1	10.7
Água canalizada	0.4	0.8	1.9	0.6	1.1	2.2	0.1	0.0	0.3	0.1	0.0	0.1	0.8	0.8	1.9	0.3	1.4	2.0	0.1	0.0	0.3	0.1	0.0	0.3	1.0
Outras fontes de água	0.2	0.7	0.2	0.1	0.3	0.1	0.0	0.3	0.9	0.0	0.0	0.6	0.1	0.6	0.3	0.7	0.5	0.3	0.0	0.2	1.2	0.1	0.3	0.7	0.2
Electricidade	0.4	0.3	0.8	1.6	1.2	2.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.4	0.2	0.7	0.6	1.4	1.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	1.0
Gás	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.1	0.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3
Petróleo	3.2	2.5	2.0	0.9	1.1	0.6	1.9	1.2	3.6	2.5	1.5	2.2	2.9	2.8	2.1	2.6	0.9	0.8	1.1	1.4	0.0	0.0	1.7	2.6	1.3
Lenha/carvão/madeiras/carvão mineral	4.2	3.6	3.4	2.4	2.1	1.8	5.5	4.9	4.3	4.3	3.7	3.2	3.9	4.4	3.6	3.6	2.3	2.2	5.5	4.9	4.7	5.6	3.9	3.8	2.9
Móveis e equipamento doméstico	5.8	6.3	4.8	6.7	6.3	4.5	7.3	7.3	6.2	7.6	7.4	6.2	4.8	5.9	4.7	7.0	5.6	4.6	7.1	7.2	6.2	7.2	6.7	6.0	6.0
Móvel	5.8	6.3	4.8	6.7	6.3	4.5	7.3	7.3	6.2	7.6	7.4	6.2	4.8	5.9	4.7	7.0	5.6	4.6	7.1	7.2	6.2	7.2	6.7	6.0	6.0
Máquinas de lavar	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros electrodomésticos grandes	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Electrodomésticos pequenos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Produtos de limpeza	4.5	4.5	5.2	3.6	4.4	4.9	5.1	5.1	4.8	4.4	4.3	3.8	5.0	4.8	5.0	4.8	4.7	5.0	4.4	5.2	4.3	5.0	4.6	3.9	4.5
Medicamentos e saúde	2.4	3.3	3.1	1.7	2.7	2.6	2.1	3.9	3.4	2.1	3.3	3.6	2.1	3.8	3.1	1.8	2.8	2.6	2.8	3.9	3.1	1.9	3.0	2.8	2.7
Educação	8.6	8.1	8.3	6.3	6.5	7.6	6.4	7.1	7.7	4.2	4.9	5.2	9.1	8.4	8.7	6.8	6.3	6.7	7.3	7.9	9.1	4.2	4.5	4.7	6.6
Total Alimentos	50.4	47.1	45.7	45.8	40.8	36.8	52.2	48.2	48.2	46.5	45.3	45.0	52.2	47.4	46.7	45.6	43.6	40.8	54.4	50.9	48.9	55.1	49.2	49.9	43.3
Total alimentos manufacturados	24.4	24.3	21.3	25.6	26.0	22.3	19.0	18.1	12.6	20.5	20.8	18.9	20.5	21.5	18.9	22.8	24.0	22.5	18.9	18.5	11.4	19.3	21.5	15.5	22.2
Total não alimentos	49.6	52.9	54.3	54.2	59.2	63.2	47.8	51.8	51.8	53.5	54.7	55.0	47.8	52.6	53.3	54.4	56.4	59.2	45.6	49.1	51.1	44.9	50.8	50.1	56.7
Total Bens manufacturados	21.8	23.0	21.4	27.0	26.4	23.7	24.3	25.3	22.2	30.3	28.5	26.4	20.3	22.0	20.6	26.0	22.4	22.7	22.3	22.3	20.6	23.4	25.0	22.5	25.1
Grande Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: estimativas com base no Inquérito às Famílias (IAF) 2003

O mapa fiscal de 2006 do Ministério da Planificação e Desenvolvimento indica que o orçamento público corria um grande deficit. Apesar das tendências de melhorias desde a implementação do Programa de Reabilitação Económica, e principalmente desde o fim da guerra civil em 1992, somente 48.1% das despesas públicas são financiadas pelas receitas internas. O imposto sobre o comércio externo constitui a principal fonte das receitas internas. O Gráfico 1 mostra que em 2006 ele constitui mais de um terço (35.0%) destas receitas, sendo 12.0% relacionadas com as tarifas de importação. As receitas restantes derivam dos impostos sobre o rendimento, sobre os bens e serviços (incluindo o IVA sobre o comércio interno) e “doutas fontes”.



Em conjunto com a assistência financeira externa, as despesas públicas têm sido fortemente centradas na redução da pobreza. A tabela 13 mostra que em 2003 as despesas para os sectores prioritários alcançaram cerca de 65.0% do orçamento total em 2003. Pode-se afirmar que as mulheres também beneficiaram destas despesas. Alguns exemplos da base de dados da autora mostram, por exemplo, a redução da taxa de analfabetismo de 60.5% em 1997 para 54.0% em 2003. Entre as mulheres a redução foi de 87.6% em 1980 para 86.0% em 2003. A provisão geral dos serviços de educação permitiu aumentar a escolarização (taxa líquida de escolarização) da rapariga de 49.1% no ano 2000 para 90.9% em 2007. A taxa de mortalidade infantil foi também reduzida de 147 por cada

100.000 nascidos vivos para 124 em 2003. A cobertura dos partos institucionais aumentou de 30.0% em 1997 para 50% em 2003.

**Tabela 13: A Afecção do Orçamento Público, 2006**

	(%)
Sectores Prioritários	64.7
Educação	20.3
Saúde	13.9
Infra-estrutura	16.8
Agricultura & Desenvolvimento Rural	4.6
Boa Governação & Sistema Judicial	8.1
Outros Sectores Prioritários	0.9

Fonte: Ministério da Planificação e Desenvolvimento (2008), Balanço do PES 2007

No entanto, Moçambique ainda está longe da sustentabilidade, e as mulheres são as que estão em maior atraso. As melhorias na educação concentram-se mais no ensino primário, necessitando de maior expansão para níveis superiores. As melhorias na área da saúde ainda precisam ser expandidas ambos em termos de cobertura como de qualidade. Na produção, foi acima mencionado que a maioria da população (principalmente mulheres) ainda está concentrada nos sectores de fracos rendimentos. E, as acções públicas estão profundamente dependentes do financiamento externo. Perdas na produção devido ao AIPE poderá implicar que a probabilidade de ter mais pessoas (e mulheres em especial) contribuindo para o aumento das receitas públicas, através do crescimento das micro e pequenas empresas, seja perdida.

## **4. A Estrutura Comercial da Economia Moçambicana**

### **a) A Estrutura Comercial Geral do País**

Moçambique está longe de apresentar uma conta comercial equilibrada. A Tabela 14 mostra que em 2006 as importações constituíam cerca de 40.0% do PIB enquanto que as exportações constituíam 40.0% do mesmo. Para um país de baixo rendimento que Moçambique é, esta diferença de 6.0% é muito significativa.

Grandes valores de importações de produtos como maquinaria (13.9%), combustível (8.1), veículos (7.3%), cereais (6.3%) e electricidade (2.9%) sugerem que o país está na luta para a construção da sua base económica mais sólida através da importação de equipamentos e bens de capital mas também tomando em consideração a capacidade limitada de oferta de bens de consumo básico. A dependência das importações e a necessidade de construir a capacidade produtiva são reflectidos no nível de exportação. Eles são dominados por um único produto, o alumínio, numa proporção extrema de 58.9% em relação ao total. As exportações de produtos primários como o caju, pescado (camarão e lagosta), e madeira compreendem apenas 8.6% de todas as exportações enquanto que a electricidade e gás perfazem 7.5% e 4.6%, respectivamente.

**Tabela 14: Principais importações e exportações, Moçambique, 2006**

Produto	Importações		Produto	Exportações	
	Values (Euros 1,000)	(%)		Values (Euros 1,000)	(%)
Combustível	186,079	8.1	Amêndoa de caju	10,356	0.5
Electricidade	66,640	2.9	Castanha de caju	18,848	1.0
Veículos	165,658	7.3	Camarão	68,994	3.6
Cereais	142,914	6.3	Algodão	36,370	1.9
Medicamentos	31,255	1.4	Madeira	28,332	1.5
Açúcar	3,799	0.2	Lagosta	933	0.0
Petróleo	43,718	1.9	Electricidade	141,545	7.5
Maquinaria	316,554	13.9	Gás Natural	87,246	4.6
Cerveja	1,064	0.0	Alumínio	1,115,447	58.9
	1,326,304	58.1		387,311	20.4
<b>Total</b>	<b>2,283,984</b>	<b>100.0</b>		<b>1,895,381</b>	<b>100.0</b>
Importações/PIB		39.8			
Exportações/PIB		33.0			
PIB (10 <sup>3</sup> USD)		5,738.9			

Fonte: estimativas com base no Anuário estatístico do INE (2007)

Nota: Cambio Dolar:Euro =0.796, veja-se: [www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz)

A Tabela 15 indica que o rácio produção-PIB é de 162.3%. Uma vez que o sector dos serviços absorvem relativamente maiores quantidades de importações, pelo menos em termos de valores (6.8% da absorção interna total), mas a sua produção em relação ao PIB é a mais alta (99.2%), então pode-se afirmar que a maior parte do valor acrescentado do país é produzida por este sector. O sector manufactureiro é o de maior orientação para a exportação mas o segundo contribuinte para o rendimento nacional. Porém, o facto de essas exportações serem dominadas por um único produto (o alumínio) mostra que o país tem fraca capacidade de exportação. A fraca contribuição do sector agrícola no PIB em relação a grande concentração da população no sector indica também um sector fraco.

Na análise do impacto do AIPE sobre o género tentamos relacionar esta estrutura desequilibrada da economia com a posição da mulher, e tentamos verificar a medida em que o AIPE pode melhorar ou piorar a estrutura actual da economia.

**Tabela 15: A Estrutura Comercial da Economia, 2006**

Sector	Produção/PIB	Imp/Cons. Interno	Exportação/Produção
Proporção por coluna (%)			
Primário	20.3	2.1	2.4
Manufactureiro	42.8	14.8	11.0
Serviços	99.2	6.8	4.3
Total	162.3	23.7	17.7
Proporção por linha (%)			
Primário		14.1	26.9
Manufatura		36.0	142.3
Serviços		7.5	11.2
Total		23.5	75.4

Fonte: estimativas com base no Mapa de Equilíbrio da Economia de 2006

## b) O Comércio com a UE

O papel da União Europeia no comércio de Moçambique é muito importante. A Tabela 16 mostra que apesar de perder a sua posição a favor de países como a África-do-Sul, Índia, Emiratos e Estados Unidos de América, cerca de um terço das importações

Moçambicanas têm origem na UE como um bloco, e o seu valor quase triplicou de €186.1 milhões para €540.4 milhões em 2006.

**Tabela 16: Principais Parceiros Comerciais de Moçambique, 1995 e 2006**

	1995			2006	
	Values (Euro 1,000)	(%)		Valores (Euro 1,000)	(%)
Importações					
Africa do Sul	149,775	25.9	Africa do Sul	754,557	33.0
Portugal	52,317	9.0	Países Baixos	295,404	12.9
Estados Unidos de América	39,718	6.9	Índia	108,926	4.8
Japão	29,285	5.1	Emiratos Árabes Unidos	90,890	4.0
Zimbabué	24,441	4.2	Estados Unidos de América	80,863	3.5
<b>UE</b>	<b>186,086</b>	<b>32.2</b>	<b>UE</b>	<b>540,430</b>	<b>23.7</b>
<b>Total</b>	<b>578,681</b>	<b>100.0</b>	<b>Total</b>	<b>2,283,984</b>	<b>100.0</b>
Exportações					
Africa do Sul	32,681	23.6	Países Baixos	1,132,035	59.7
Ilhas Marianas	28,953	20.9	Africa do Sul	287,919	15.2
Burundi	19,757	14.2	Zimbabué	60,598	3.2
Cazaquistão	11,602	8.4	Suiça	41,898	2.2
Albânia	7,583	5.5	Espanha	34,622	1.8
<b>UE</b>	<b>362</b>	<b>0.3</b>	<b>UE</b>	<b>1,256,782</b>	<b>66.3</b>
<b>Total</b>	<b>138,745</b>	<b>100.0</b>	<b>Total</b>	<b>1,895,381</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Estimativas com base em [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz)

No que concerne as exportações, o bloco da UE constitui o principal lugar de destino das mercadorias Moçambicanas. Enquanto que em 1995 a UE constituía destino de somente 0.3% das exportações Moçambicanas, esta proporção aumentou significativamente para torna-la no principal absorvente das exportações Moçambicanas. Em 2006, 66.3% das exportações Moçambicanas tinham como destino a UE. Como de 1996 a 2006 as

exportações Moçambicanas cresceram 13 vezes mais, pode-se afirmar que este crescimento teve apoio da absorção pela UE.

A Tabela 17 indica que as principais importações provenientes da UE consistem em livros, maquinaria e equipamento, bens intermediários como fertilizantes, e bens essenciais como o trigo e os medicamentos.

**Tabela 17: Principais Importações Provenientes da UE, 2005**

<b>Código</b>	<b>Produto</b>	<b>Valor (em Euros)</b>	<b>Tarifa de Importação (2005)</b>	<b>Estatuto de liberalização</b>
49019900	Livros, panfletos, e impressões similares	10,519,047.00	0	
85299010	Acessórios de equipamento de comunicação	8,395,543.00	7.5	0 ao implementar
31052000	Fertilizantes	7,950,242.00	2.5	0 ao implementar
85252090	Equipamento de comunicação de massas	7,135,632.00	7.5	0 ao implementar
89020000	Barcos de pesca	6,480,384.00	5	0 ao implementar
84733000	Equipamento de processamento de dados: acessórios	5,896,719.00	7.5	0 ao implementar
10019010	Trigo	5,232,288.00		Não listado
27101111	Óleos leves de petróleo	4,976,966.00		Não listado
85175000	Equipamento de telefones	3,547,436.00	7.5	0 ao implementar
31055900	Fertilizantes nitrogenados	3,354,770.00	2.5	0 ao implementar
85451900	Eléctrodos de grafite e Carbono	3,312,142.00	7.5	0 ao implementar
30049000	Medicamentos	3,310,815.00	0	

Fonte: Compilação com base nos dados do ODI

Porém, existe algum grau de diversificação das importações. As fontes de informação indicam diferentes graus de diversificação no nível de classificação a 4 dígitos. Para 2004, por exemplo, a informação compilada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com base nas declarações aduaneiras indicam 393 produtos e um número adicional de produtos classificados como “outros”. A base de dados da ODI indica mais do que o dobro dos produtos indicados pelo INE. Para 2006, as diferenças entre as duas bases de

dados tendem a diminuir, mas as fontes mostram uma tendência de declínio com os dados do INE mencionado 116 produtos. As causas das diferenças não constituem objectivo deste estudo, mas o conteúdo da lista será relevante quando se analisar o potencial impacto sobre o género do AIPE em relação a produção, ao consumo e ao bem-estar, em geral.

Apesar da diferenças nas bases de dados, e do declínio relativo das importações provenientes da UE, pode-se argumentar que elas são muito diversificadas e que existe um potencial para a maior diversificação a medida que o comércio livre vai predominando nos tratados de comércio.

A pauta aduaneira classifica as importações da UE no contexto das tarifas gerais. Sob estas tarifas, o máximo aplicável são 20.0% (desde Janeiro de 2007), um declínio desde os 30.0% até 2002 e desde os 25.0% a partir de Dezembro de 2006. Tomando a estrutura tarifária de Moçambique de 2005 e aplicando a estrutura e valores das exportações da UE para Moçambique, as estimativas na Tabela 18 indicam que 9.5% das importações pagavam a tarifa 0. 14.6% pagavam 2.5%, 25.0% pagavam 5.0% e 36.1% pagavam 7.5%. A tarifa máxima era aplicada a 14.9% das importações. Em média, a tarifa ponderada de importação é estimada em 13.6%.

**Tabela 18: A Estrutura Tarifária e importações provenientes da UE**

Taxa Tarifária	Ano Base (2005)			
	Linhas tarifárias	Exportações da UE para Moz	Proporção das tarifas (%)	Receitas tarifárias
0	48	20,565,473	9.5	0
2.5	173	31,627,870	14.6	790,697
5	355	54,250,269	25.0	2,712,513
7.5	674	78,288,127	36.1	5,871,610
25	855	32,368,886	14.9	8,092,222
	2,105	217,100,625	100.0	17,467,041
Tarifa média ponderada	13.6			
Tarifa média não ponderada	8.0			

Fonte: Estimativas da Autora com base na compilação pela ODI

A evolução dos arranjos comerciais entre a UE e a ACP implicou o estabelecimento dos APEs onde se espera dos países envolvidos a abertura bilateral ao comércio. Moçambique assinou o seu Acordo Interino no contexto da SADC em conjunto com outros países como o Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A África do Sul já havia assinado um protocolo de comércio (o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação - ACDC) que se refere ao comércio de bens e não assinou o AIPE contrariamente a Lesoto e Suazilândia, países que em conjunto com a Namíbia pertencem a SACU, sub-região da SADC. Neste sentido, Moçambique ofereceu a UE uma lista de produtos que considerou para liberalização, embora com pouca coerência do ponto de vista do processo de integração regional. As estimativas das exclusões por Fontana (2008) indicam que comparando o programa de Moçambique com os países com os quais assinou o AIPE verifica-se que somente um quinto dos itens são comumente excluídos por todos.

O cronograma de liberalização oferecido por Moçambique consiste em duas etapas principais: (i) no primeiro ano da implementação do AIPE em 2008, e (ii) em 2018, implicando que o que não está mencionado na lista deveria ser considerado como parte da exclusão. A aplicação de tal lista à estrutura do comércio de 2005 implica que 59.7% dos bens actualmente exportados da UE para Moçambique serão liberalizados em 2008. Isto compreende 36.5% das linhas tarifárias. 1.8% das exportações serão liberalizadas em 2018 ou 1.2% das linhas tarifárias. O nível de exclusão é de 29.0% do valor das exportações ou 60.7% das linhas tarifárias. Veja-se Tabela 19.

**Tabela 19: O Cronograma de Liberalização Sob o AIPE**

	Linhas Tarifárias	Valor da Importação (2005) em euros	Proporção (%)
4. Total já liberalizado	85	20,555,912	9.4
3. Total liberalização 1a etapa (2008)	1,966	129,561,251	59.7
2. Total liberalização em 2018	65	3,929,688	1.8
1. Total exclusões	3,268	63,053,774	29.0
Total	5,384	217,100,625	100

Fonte: Estimativas da autora com base na compilação da ODI

A ODI-ECDPM (2008) considera que, apesar da larga proporção de produtos excluídos, o programa de liberalização de Moçambique é extremamente rápido e concentrado na parte inicial comparativamente aos outros países. Os países da Africa Oriental, por exemplo, liberalizarão o seu comércio a partir de 2010 e em três etapas até 2023, ou 15 anos, contra os 10 anos para Moçambique e outros países envolvidos da SADC. Adicionalmente, somente os produtos com tarifa comum de 0 por cento serão liberalizados no primeiro ano, enquanto que em Moçambique bens recaindo em todas as linhas tarifárias estão incluídos no primeiro ano da liberalização.

No que concerne o conteúdo da liberalização, a Tabela 20 indica que reflectindo o conteúdo dos bens comercializados o conteúdo da liberalização consiste principalmente em bens manufacturados. 95.6% dos bens transaccionados são manufacturados e, em 2008, 97.3% dos produtos a serem liberalizados pertencem ao mesmo grupo. Em 2018, a proporção de bens manufacturados cai levemente para 88.0%.

**Tabela 20: Cronograma de Liberalização e Características dos Produtos**

	Número	Porcentagem
<i>Totalmente Excluídos</i>		
Manufacturados	872	93.8
Agrícolas	58	6.2
Total	930	
<i>Liberalização em 2008</i>		
Manufacturados	1058	97.3
Agrícolas	29	2.7
Total	1087	
<i>Liberalização em 2018</i>		
Manufacturados	37	88.1
Agrícolas	5	11.9
Total	42	
<i>Já Liberalizado</i>		
Manufacturados	45	97.8
Agrícolas	1	2.2
Total	46	
Manufacturados	2012	95.6
Agrícolas	93	4.4
Grande Total	2105	

Fonte: estimativas com base nos dados da ODI

Para analisar o impacto do AIPE sobre o género seleccionamos as principais importações liberalizadas provenientes da UE, ou seja, aquelas com um valor superior a €10,000, assumindo que por causa do seu tamanho eles podem afectar a economia nacional. Isto quer dizer que a nossa selecção não está tomando em consideração as elasticidades de procura em relação ao preço, uma vez que o aumento da procura por bens mais baratos pode induzir ao aumento das suas importações. Adicionaremos à nossa análise uma exploração sobre o que aconteceria caso alguns produtos da lista de exclusão fossem liberalizados.

Terminamos com 541 produtos dos quais 455 são bens intermediários e 86 são de consumo final. Destes, somente 6 são agrícolas e a maioria manufacturados. De acordo com os dados providos pelo INE (2008) sobre as empresas formais, 64 destes bens importados são também produzidos em Moçambique. Apenas 2 destes são produtos “agrícolas”: as sementes de batatas e de hortícolas. (Veja-se Tabela 21).

**Tabela 21: Produtos de Maior Impacto na Economia**

	Manufacturados	Agrícolas	Total
Consumo final	85	1	86
Intermediário	450	5	455
Total	535	6	541
Produzido localmente	62	2	64
Não Produzido	473	4	477
Total	535	6	541

Fonte: dados da ODI, IAF 2003 e Inquérito às Empresas 2007.

Na tentativa de escrutinar o impacto dos produtos liberalizados sobre o consumo numa dimensão do género enfrentamos a limitação de que o inquérito às famílias (IAF) somente apresenta a informação a nível do agregado familiar oferecendo a única possibilidade de discriminar o consumo/despesa pelo sexo do chefe do agregado familiar. Isto torna difícil a tarefa de discriminar os produtos consumidos por homens e mulheres a nível individual, uma situação exacerbada pela observação de que quando tomamos como referência o sexo do chefe do agregado familiar, muitos itens (particularmente os

manufacturados) que poderiam ser considerados “femininos” são essencialmente consumidos por (mulheres) nos agregados familiares chefiados por homens.

Para identificar o consume das mulheres, consideramos os produtos que, por tradição, são potencialmente consumidos por mulheres quer seja como produtoras, provedoras do cuidado da família ou produtoras. Alguns dos produtos foram encontrados como de consumo maioritário dos agregados familiares chefiados por mulheres. Os produtos seleccionados consistiram em bens agrícolas como as sementes, a maquinaria agrícola (uma vez que a maioria das mulheres encontram-se empregadas na agricultura), pequenos artigos e utensílios domésticos, e outros bens similares. A Tabela 22 mostra que dos 541 produtos apenas 75 são potencialmente de consumo pelas mulheres. Destes 62 serão liberalizados em 2008 e 13 em 2018. Dos que poderão ser liberalizados em 2008, 41 são bens de consumo final e 21 são bens intermediários. Somente encontramos 3 produtos agrícolas. Todos os produtos a serem liberalizados em 2018 são bens manufacturados de consumo final. (veja-se Anexo 1, por favor).

Na próxima Secção analisamos em detalhe alguns dos produtos em relação ao seu impacto sobre o género.

**Tabela 22: Produtos de Potencial Consumo pelas Mulheres**

	Consumo Final	Intermediários	Total
<b><i>Liberalização em 2008</i></b>			
Manufacturados	40	19	59
Agrícolas	1	2	3
Total	41	21	62
<b><i>Liberalização em 2018</i></b>			
Manufacturados	13		13
Agrícolas			0
Total	13	0	13

Fonte: dados da ODI, IAF 2003 e Inquérito às Empresas 2007.

## **5. Análise Detalhada do Impacto sobre o Género do AIPE**

### **a) O Impacto da importação de produtos agrícolas a preços mais baixos**

Como foi indicado na Tabela 21 acima, existem somente 6 produtos agrícolas de grande importação e destes somente 1 é de consumo final e os restantes 5 são de consumo intermediário. O único produto de consumo final consiste em amêndoas frescas e os produtos de consumo intermediário consistem em sementes de batata e hortícolas (um insumo agrícola) e três tipos de malte (usados na produção industrial de cerveja).

No que concerne as amêndoas, a Tabela 23 indica que os agregados familiares despendem em média 0.4% do seu orçamento total neste produto. Os principais consumidores são essencialmente os agregados familiares não pobres chefiados por homens das zonas urbanas do centro do país (46.7% do total do consumo), gastando 1.3% do seu orçamento neste produto. As amêndoas não consistem num bem de consumo básico e por isso é difícil compreender a causa de tão alto consumo, principalmente porque não foi possível obter qualquer informação sobre ele. No entanto, uma vez que De Vletter (1996) identificou algumas actividades informais de base familiar (particularmente nas áreas urbanas) que consistem na produção de produtos de pastelaria e confeitaria para venda mesmo na porta das residências, na rua ou por encomenda, sentimo-nos tentados a assumir a hipótese de que para além do consumo familiar as amêndoas são usadas na produção de bolos ou doçaria para venda.

As amêndoas a que nos referimos nestas secção não são produzidas localmente e a sua importação requer o pagamento de 25.0% de tarifa de importação. A liberalização da importação deste produto implica então a perda de receitas enquanto beneficiando famílias de rendimento relativamente alto e, entre eles, as mulheres que produzem produtos de pastelaria/confeitaria e que pertencem a estes agregados.

**Tabela 23: O Consumo das Amêndoas**

Despesa Total dos AFs	0.4% do total do Orçamento familiar
Principal consumidor	Agregados familiares chefiados por homens do centro urbano (46.7%)
Proporção do orçamento do principal consumidor	1.3% do orçamento total
Impacto sobre a mulher (?)	Mulheres pertencentes a AFs não pobres chefiados por homens
Produzido localmente (?)	Não
Exportação da UE para Moçambique	12,110 Euros
Tarifa de importação	25.00%
Programa de liberalização	0%, 2008

Fonte: dados da ODI, IAF 2003 e Inquérito às Empresas 2007.

As sementes de batata e de hortícolas consistem em insumos agrícolas utilizados numa produção é de intensa participação da mulher: elas constituem cerca de metade dos produtores da batata e mais de 52.0% dos produtores das hortícolas. A informação disponível concernente ao uso de sementes por sexo é dispersa, mas existem indicações do seu uso na produção de hortícolas nas zonas baixas peri-urbanas. O caso do projecto das 21 “Zonas Verdes” onde 500 ou 95.0% dos membros são mulheres utilizando sementes de hortícolas constitui um exemplo desta produção (Ayisi, 1995). Este caso poderá ser similar aos outros produtores de hortícolas uma vez que não se pode obter sementes da própria planta.

Quando nos concentramos sobre a cobertura geral do uso de sementes, a avaliação pela ICRISAT (2008) indica um fraco acesso pelos pequenos produtores das áreas secas, ambos homens e mulheres, devido a prevalência do alto custo de distribuição resultado da dispersão da população e da fuga das companhias em relação a estas regiões e culturas que a necessitem.

Actualmente existem 2 empresas privadas principais que disponibilizam sementes, adicionalmente aos esforços do Governo de expansão das actividades de extensão rural através do Ministério da Agricultura. A principal estratégia adoptada tem sido de se concentrarem na criação inicial de novas variedades de sementes, deixando a sua distribuição massiva a outras agências tais como empresários agrícolas, pequenas empresas de sementes e ONGs. O “sistema de cupões” tem sido utilizado para garantir maior impacto. Neste sistema os investidores distribuem cupões que podem ser utilizados

para comprar sementes aos vendedores locais ou companhias no “mercados de sementes” organizados por ONGs. Estes, por sua vez devolvem os cupões às agências de cooperação para compensação monetária.

De alguma forma, as empresas privadas têm conseguido sobreviver as condições do mercado local e em 2008 uma delas ascendeu à posição dentre as 100 maiores empresas nacionais e recebeu um prémio internacional sobre excelência na qualidade.

Apesar desta situação, lembramos da Secção 3.a.i a limitada participação das mulheres em associações que provêm insumos para produção. Assim, pode-se afirmar em geral que a liberalização das importações de sementes pode surgir como um desafio adicional às empresas existentes uma vez observadas as dificuldades de mercantilização com pouco impacto sobre as mulheres, exceptuando aquelas produtoras de hortícolas e as poucas envolvidas nas associações.

Em suma, encontramos cinco produtos agrícolas principais que poderão ser liberalizados no contexto do AIPE. Destes produtos a competição directa através dos preços é presente para os produtores de sementes. No que concerne as amêndoas, encontramos pequeno impacto sobre a redução da pobreza.

A seguir, perguntamos o que aconteceria na economia caso certos produtos agrícolas fossem liberalizados. Para o alcance deste objectivos tomados dois casos para ilustração: os feijões e tomates. Estes produtos fazem parte da lista dos produtos excluídos da liberalização.

### **i.) O feijão importado**

Em Moçambique, 55.6% dos produtores de feijão são mulheres e de acordo com Tschirley & Abdula (2007) o norte e centro do país são excedentários enquanto que o sul é deficitário. Daqueles que o produzem, 71.9% utilizam-no directamente para o consumo

familiar e 28.1% é vendido. 1.4% da produção do feijão é exportada, principalmente para os países vizinhos, Malawi e Zimbabué.

A Tabela 24 mostra que a importância deste bem na dieta das famílias é visível. A média do consumo nacional do feijão é estimada em cerca de 1.6% do consumo total das famílias. Nas famílias chefiadas por mulheres das zonas rurais do norte do país, porém, o feijão constitui a fonte de proteínas mais importante. O seu consumo alcança cerca de 6.1% do total do consumo familiar. O consumo mais baixo é observado entre as famílias das regiões urbanas do sul e chefiadas por homens.

**Tabela 24: Produção e Consumo do Feijão (%)**

Mulheres produtoras (2003)	55.6	Consumo Total dos AFs - 2003	1.6
Vendedoras/ Produtoras	28.1	Mulheres Urbanas	
		Norte	3.5
(% de todos os bens & serviços - 2006)		Centro	2.2
Produção/PIB	1.3	Sul	0
Importações/Consumo Interno	0	Homens Urbanos	
Exportação/Produção	0	Norte	2.1
		Centro	1.8
(Somente Feijões - 2006)		Sul	3.8
Importações/Consumo Interno	1.2	Mulheres Rural	
Exportação/Produção	1.4	Norte	6.1
		Centro	3.8
Elasticidade Preço da procura	-1	Sul	1.8
Elasticidade Preço Cruzada da procura	-0.17(Farinha milho)	Homens Rural	
	0.17(Peixe)	Norte	4.9
	0.05(Carne)	Centro	2.5
	0.11(óleos&gorduras)	Sul	1.5

Fonte: Estimativas com base no Mapa de Equilíbrio 2006 do INE, MINAG (2003) TIA, e Barslund (2007)

Sendo um produto de produção interna, a importação de feijão constitui uma adição a economia. A compilação dos dados pela ODI indica que em 2005, foi importado da UE um volume de feijão equivalente a 1,877 Euros. De acordo com a Pauta aduaneira, esta importação paga 25.0% de tarifa<sup>17</sup>, mais 17.0% de IVA sobre as importações.

<sup>17</sup> De acordo com a Pauta Aduaneira, somente as sementes de feijão pagam 7.5%. Os feijões que consideramos aqui são comestíveis (código 071331).

Para analisar o potencial impacto destas importações sobre a mulher no contexto do AIPE consideramos os preços ao produtor em 6 mercados principais do país: 2 no norte do país (Montepuez e Cuamba), 3 no centro (Gorongosa, Manica e Chimoio), e 1 na Cidade de Maputo<sup>18</sup>. A estes preços deduzimos os 25.0% correspondentes à tarifa de importação aplicada a este produto, assumindo que a remoção das tarifas seria totalmente transmitida para os preços no mercado local<sup>19</sup>.

**Tabela 25: Impacto do AIPE sobre o preço do feijão (preços em Euros)**

	Preço Produtor	Taxa declínio (%)	Preço a retalho	Impacto s. Preço retalho	Novo retalho-preço produtor
Gorongosa	0.43	0.25	0.66	0.49	0.06
Manica	0.49	0.25	0.69	0.52	0.03
Chimoio	0.59	0.25	0.99	0.74	0.15
Montepuez		0.25	0.82	0.62	
Cuamba	0.49	0.25	1.10	0.82	0.33
Maputo		0.25	0.73	0.55	

Fonte: Estimativas pela autora com base nos preços da Revista Quente-Quente do MINAG

Nota: Preços ao produtor de Fevereiro, 2007

Os nossos resultados na Tabela 25 indicam margens positivas mas minúsculas entre os produtores e retalhistas. No caso de Manica e Chimoio na parte central do país a diferença de preços é de apenas 0.03 Euros por quilograma. Isto significa que a liberalização da importação do feijão sob o AIPE implicaria que as mulheres somente poderiam vender a sua produção nos mercados locais uma vez que para venda em mercados distantes (como nas áreas deficitárias do sul do país) o adicional ao preço equivalente as margens de comercialização tornaria o produto mais caro do que o praticado nesse mercado (distante).

Os produtores de Cuamba e Gorongosa teriam uma margem maior em relação aos preços a retalho em cerca de 0.33 e 0.06 Euros por Quilograma, respectivamente.

Aparentemente, isto poderia significar que estes dois mercados poderiam competir com as importações a preços mais baixos, pelo menos a nível do mercado local. Apesar da sua

<sup>18</sup> Esta foi a única informação sobre preços ao produtor a qual podemos ter acesso.

<sup>19</sup> Esta poderá não ser a realidade, especialmente por causa da distância entre os mercados e os pontos de entrada dos produtos (os portos marítimos).

longa distância em relação ao grande mercado urbano de Nampula, Cuamba tem transportado a sua mercadoria através do sistema ferroviário sobre o qual não temos informação dos preços cobrados e seu impacto no preço final dos bens transportados. A cidade mais próxima de Gorongoza é a da Beira, mas este tem um porto marítimo que serve de ponto de entrada das importações. Neste sentido, dependendo de como é que os preços são transmitidos de Gorongoza e de Cuamba até aos grandes mercados, a liberalização das importações de feijão poderia tornar a produção local não competitiva.

Do ponto de vista dos consumidores, porém, sabe-se que o feijão é elástico em relação ao preço; o declínio em 1 por cento do seu preço aumenta a sua procura em 1.22%, enquanto reduzindo a procura por bens como o peixe, os diferentes tipos de carne e os óleos e gorduras<sup>20</sup>. Estes são produtos que são essencialmente produzidos por homens e incluem produtos da carne de porco (código 02064900, partes comestíveis de carne de porco) que também serão também liberalizados em 2008.

## **ii.) O Tomate Processado (excluindo o inteiro e em pedaços)**

O tomate processado (concentrado) é em geral consumido no país com fins culinários e desde o colapso económico dos anos 1980 que não há muita referência a esta indústria alimentar. Constitui um produto de consumo limitado. Numa amostra de 8,700 famílias, somente uma consumiu o produto (uma família pobre chefiada por um homem na região central urbana do país) numa média de consumo de 0.1% do consumo total. Veja-se Tabela 26. O baixo nível de consumo deste produto pode estar relacionado com os gostos e preferências. No entanto, é possível a existência de um efeito de substituição<sup>21</sup> com o tomate fresco, especialmente durante o inverno/primavera quando o tomate fresco está mais disponível e o seu preço cai consideravelmente. Para o verão, as nossas estimativas com base nos inquéritos sobre preços praticados nos mercados do INE indicam, por exemplo, que de Novembro 2006 a Abril 2007 o preço do tomate fresco aumentou cerca de 2.6 vezes mais.

---

<sup>20</sup> Por favor, leia-se Elasticidade-Preço Cruzada da procura

<sup>21</sup> Não podemos ter acesso a estimativas sobre a elasticidade-preço cruzada da procura para os diferentes tipos de tomate.

**Tabela 26: Produção e Consumo do Tomate**

---

---

<i>Tomate processado (concentrado)</i>	
Proporção do Orçamento total	0.00%
Principal consumidor	Famílias não pobres chefiadas por homens, urbano norte (só 1 caso)
Proporção do orçamento	0.10%
Importações provenientes de UE (2005)	696,101 Euros
Tarifa de importação	25.00%
Liberalização	Excluído
<i>Tomate processado (inteiro ou em pedaços)</i>	
Proporção do Orçamento total	0.10%
Principal consumidor	Famílias não pobres chefiadas por homens, urbano centro
Proporção do orçamento	0.50%
<i>Tomate Fresco</i>	
Proporção do Orçamento total	1.60%
Principal consumidor	Famílias pobres chefiadas por mulheres-urbano norte
Proporção do orçamento	3.90%
Produzido localmente (?)	Sim
Proporção	53.20%

---

---

Fonte: Estimativas com base na compilação da ODI, IAF 2003, Anuário Estatístico do INE

De acordo com a Tabela 26, o consumo médio do tomate é de cerca de 1.6% do orçamento total das famílias e é mais consumido pelas famílias pobres chefiadas por mulheres na região norte e urbana do país. As mudanças no ambiente económico, no contexto do programa de ajustamento estrutural de 1987, foram mais favoráveis para a produção do tomate fresco uma vez que a remoção do controle interno dos preços serviu de incentivo aos produtores. Quando a liberalização do comércio foi negociada no contexto da SADC, o posicionamento dos produtores contra a remoção das tarifas de importação do tomate fresco e concentrado foi tomado em consideração. De facto, em Janeiro de 2008<sup>22</sup>, altas tarifas foram mantidas para a África do Sul, o maior fornecedor na região.

A produção do tomate é de uso intensivo da mão-de-obra feminina. Cerca de 53.0% dos produtores são mulheres, assalariadas ou pequenas proprietárias. E, entre as pequenas

---

<sup>22</sup> A data da implementação do protocolo de integração comercial da SADC.

produtoras, mais mulheres do que homens vendem a sua produção (18.4% contra 15.9%, de acordo com o TIA de 2003).

A liberalização das importações do tomate concentrado sob o AIPE devolveria de novo os mesmos desafios dantes porque a subida de preços observada no verão não reflecte ainda o aumento do nível de oferta (a um nível capaz e alimentar uma indústria de processamento do tomate). Pelo contrário, eles reflectem uma especulação (devido ao aumento da procura nos períodos festivos) ou a escassez durante a época quente.

### **b) O impacto das importações de bens manufacturados intermediários a preços baixos**

Como foi acima mencionado, a nossa análise encontrou 450 bens intermediários manufacturados de grande volume e importados da UE. Eles consistem em equipamentos e maquinaria utilizados na produção de bens e serviços. Uma comparação com a lista de bens do Inquérito às Empresas de 2007<sup>23</sup> mostra que somente 19 dos produtos produzidos internamente são similares àqueles liberalizados no contexto do AIPE. Eles consistem em máquinas de agro-processamento, máquinas manuais de irrigação, produtos de madeira utilizados na construção e para a produção de artigos como sapatos, escovas, plataformas de carga, artigos plásticos, e meios de transmissão de electricidade.

Robinson et al (2007) afirma que as importações de bens intermediários pode incentivar o crescimento económico e a redução da pobreza se estes insumos forem utilizados para mudar a estrutura produtiva de tal modo que contribuam para o aumento da produção e da produtividade, e induzem transferências para a produção de bens que apresentem vantagens comparativas. Seguindo este ponto de vista, poder-se-ia afirmar que o maior acesso a tais importações pelas mulheres implicaria não somente o aumento da produção, mas também a redução do peso que elas suportam como produtoras, responsáveis pelo cuidado doméstico e colaboradoras nas actividades comunitárias.

---

<sup>23</sup> INE (2008), Anuário Estatístico – 2007, INE: Maputo.

Existem, porém, questões a serem consideradas em relação a possibilidade de um impacto positivo das importações de bens intermediários mais baratos sobre a mulher. E isto relaciona-se com a capacidade das mulheres de tirar vantagens das oportunidades existentes. Olhando para a estrutura das importações dos bens manufacturados intermediários é visível que eles podem beneficiar mais a produção dos sectores intensivos da mão-de-obra masculina do que a feminina. Do número total dos bens manufacturados intermediários somente 20 podem ser aplicados na esfera de produção da mulher, consistindo essencialmente em insumos agrícolas como os fertilizantes, herbicidas, insecticidas, maquinaria agrícola para diversos fins e seus acessórios, e os insumos para a indústria do vestuário.

Para o sector relativamente mais produtivo da manufactura, a avaliação por Byers (2006) não aponta para um aspecto promissor para as micro empresas manufactureiras formais (empregando menos de 10 trabalhadores). De 2002 a 2006 (4 anos) 46% destas empresas realizaram certo tipo de investimento capital. No entanto este investimento foi feito na base de meios financeiros próprios. Mais de metade dos investimentos realizados foram dedicados a construção dos edifícios de trabalho (na indústria alimentar, somente 9.0% dos investimentos foram dirigidos para a aquisição de maquinaria e equipamento). Nenhuma das empresas introduziu novos produtos e apenas 14.3% introduziu tecnologias novas. Ademais, 41.0% do equipamento das empresas tinha mais de 20 anos de existência. Somente as grandes empresas investiram em equipamento em mais de 30.0% (Veja-se Byers, 2006).

Mas se esta é a situação do sector manufactureiro, então que dizer da mulher no sector agrícola? A Secção 3 acima mostrou que os níveis de pobreza são mais altos para a maioria das mulheres na agricultura, o que faz com que o seu consumo se limite quase unicamente nos produtos agrícolas alimentares e nos serviços essenciais como a educação e a saúde. Referiu-se também aos constrangimentos enfrentados pela mulher no acesso ao crédito, especialmente o crédito agrícola. Tudo parece indicar que a importação de bens intermediários a preços mais baixos no contexto do AIPE não melhorará a produção e produtividade agrícola da mulher.

### **c) A importação de bens de consumo final a preços mais baixos**

Foram identificados 85 bens de consumo final, dos quais 65 poderão ser liberalizados em 2008 e 20 em 2018. Eles consistem em bens duráveis que incluem: (i) sacos e vasos plásticos, (ii) borrachas como pneus, colchões, e tambores, (iii) artigos de papel como papel higiênico, toalhas, caixas e artigos de papelaria, (iv) aparelhos domésticos como máquinas de lavar, ferro de engomar e fogões, (v) equipamento de som, e (vi) outros produtos como ornamentos, massas alimentícias, biscoitos e bebidas (cerveja, whisky, rum e licores), vinagre e tintas.

Nesta secção perguntamos se existem ganhos que derivem da liberalização dos produtos acima. Quando comparamos os produtos acima com a lista da produção local do INE (2008), o primeiro aspecto visível é de que mais de um terço (34 produtos) dos produtos são produzidos localmente, o que significa competição entre os produtos. Eles consistem em produtos de papel ou plásticos (a serem liberalizados em 2008) e em bens alimentares como os doces de açúcar, chocolate, ou massas alimentícias, e em sabões e tintas (a serem liberalizados em 2018).

O segundo aspecto é de que a maioria deles (48 produtos a serem liberalizados em 2008 e 13 dos que serão liberalizados em 2018) são identificáveis para o consumo potencial pela mulher, mas elas são ou chefes de famílias não pobres ou mulheres pertencentes a famílias não pobres chefiadas por homens. Isto quer dizer que os produtos têm pouco impacto sobre a redução da pobreza, supostamente o principal objectivo das negociações de integração. Para compreender os mecanismos através dos quais a liberalização dos bens de consumo final tem impacto limitado no bem-estar analisamos alguns produtos seleccionados. Estes são: produtos de papel (toalhas), massas alimentícias, equipamento doméstico (máquinas de lavar a roupa), pneus, bebidas (whisky) e o sabão.

#### **i.) As toalhas de papel**

O consumo de toalhas de papel está essencialmente concentrado nas famílias não pobres das áreas urbanas do sul. Apesar de o seu consumo constituir uma pequena proporção do orçamento, as estatísticas disponíveis na Tabela 27 indicam uma importante componente de importação no consumo interno. De facto, em 2005 o equivalente a 23,754 Euros deste produto foi exportado da UE para Moçambique sob a tarifa de 25.0%.

**Tabela 27: Produção e consumo de toalhas de papel e guardanapos**

Despesa total do AF	0.0% do total do orçamento do AF
Principal consumidor	Famílias não pobres chefiadas por homens, Centro-Urbano
% do orçamento do principal consumidor	Menos de 0.1%
Impacto sobre o género	1.0% do emprego total dos quais 23.4% são mulheres
Produzido localmente (?)	Sim
Exportações da UE para Moçambique	23,754 Euros
Tarifa de importação	25.00%
Cronograma de liberalização	0%, 2008

Fonte: Estimativas com base no IAF 2003 e compilação de dados pela ODI

Se as importações de toalhas de papel tornaram-se no substituto a produção interna, esta é uma questão por explorar, mas evidências indicam a tendência de declínio do valor da produção local. Em 2006, o equivalente a 390,000 Euros deste produto foram produzidos localmente, mas em 2007 esta produção declinou em 17.5%<sup>24</sup>. A liberalização completa do mesmo produto significa que mais toalhas de papel estarão disponíveis a preços mais baixos e pode implicar a condução das empresas existentes à falência.

Actualmente, 1.0% da força do trabalho é absorvido pelo sector do papel. As mulheres constituem 23.4% dos trabalhadores no sector. A falência destas empresas devido a liberalização implica perda de empregos ao mesmo tempo que as receitas públicas caem a favor de um grupo populacional com melhores condições de vida.

## ii.) As massas Alimentícias

As massas alimentares são produtos de consumo básico das famílias urbanas, principalmente as do sul do país. A Tabela 28 indica que em média, 2.3% do orçamento

<sup>24</sup> Veja-se, INE (2008) Anuário Estatístico, 2007.

familiar é dedicado a este produto. Os principais consumidores são, porém, as famílias não pobres chefiadas por homens que despendem 3.1% do seu orçamento nela.

**Tabela 28: Produção e consumo das Massas Alimentícias**

Despesa total do AF	2.30%
Principal consumidor	Famílias não pobres chefiadas por homens, Sul-Urbano
% do orçamento do principal consumidor	3.10%
Impacto sobre o género	Questionável
Produzido localmente (?)	Sim
Exportações da UE para Moçambique	159,278
Tarifa de importação	25.00%
Cronograma de liberalização	0%, 2018

Fonte: Estimativas com base no IAF 2003 e compilação de dados pela ODI

O consumo das massas alimentícias é alimentado pela produção nacional, e de forma a ir de encontro com a procura, a produção foi aumentada de 17.6 para 26.4 milhões de quilogramas entre 2006 e 2007 (INE, 2008). Outra oferta é externa. Em 2005, a UE exportou para Moçambique o equivalente a 159,278 Euros deste produto sob a tarifa de importação de 25.0%.

Apesar de acontecer em 2018, a liberalização da importação das massas alimentícias significa que elas tornam-se mais baratas no mercado interno e passam a competir com a produção local.

A produção local das massas alimentícias tem sobrevivido graças aos subsídios aplicados às grandes importações de trigo, uma vez que a Lei dos Incentivos Fiscais para o sector manufactureiro isenta do IVA as empresas manufactureiras que podem adicionar mais de 20% de valor acrescentado nos seus produtos. O actual aumento sistemático dos preços de cereais impõem um desafio a estas indústrias uma vez que o produto final tende a aumentar de preço. Para o caso da Cidade de Maputo, por exemplo, o custo da “massa Esparguete” aumentou em 68.0% desde Março de 2007 a Março de 2008. Bens similares como o pão aumentaram o seu preço em 41.0% no mesmo período de tempo<sup>25</sup>. Isto levou a levantamentos populares que reclamavam contra o aumento do preço dos bens

<sup>25</sup> Estimativas com base na compilação dos preços médios do Mercado na Cidade de Maputo pelo INE .

essenciais. (Jornal Notícias, Fevereiro, 2008). Em Moçambique, o trigo é também importado da UE. Assim, se é a UE quem está a abastecer de trigo o mercado nacional a preços mais altos, então porquê liberalizar ainda as importações de produtos de base do trigo?

As indústrias de base do trigo absorvem importante segmento da força do trabalho. Em média, elas empregam 0.6% da força do trabalho nacional (ou cerca de 3,800 trabalhadores) dos quais 25.9% são mulheres (veja-se Tabela 7). Será que a força de trabalho despedida conseguirá encontrar outro emprego? A análise do INE (2007) sobre a utilização da força do trabalho já indica um nível de desemprego de cerca de 17.0%. Adicionalmente, o declínio rápido do preço das massas alimentícias (e do pão) devido ao AIPE pode ter um impacto negativo sobre os produtores de outros bens alimentares básicos que, como foi acima mostrado, não podem mover da produção de um bem para o outro. As estimativas por Barslund (2007) indicam que o consumo das massas alimentícias tem elasticidade de preço: o decréscimo de 1% no seu preço induz o aumento do seu consumo em 1.37% enquanto reduzindo o consumo de produtos básicos como os vegetais, feijões e outros produtos básicos como a mandioca e a batata-doce. Como foi acima mencionado, estas são culturas essencialmente produzidos por mulheres.

### **iii.) As máquinas de lavar a roupa**

Como foi acima mencionado (na Tabela 9), mais de metade dos trabalhadores dos serviços não classificados, a provisão de serviços domésticos maioritariamente para as famílias não pobres faz parte, são mulheres. Também é responsabilidade das mulheres dos agregados familiares cuidar dos outros membros da família. Para além do trabalho remunerado, isto significa cozinhar, limpar a casa, cuidar das crianças e dos mais velhos, lavar a roupa, buscar lenha e água, entre outros. Neste sentido, o acesso a máquinas de lavar a roupa reduziria a sobrecarga da mulher.

A informação com base no Inquérito às Famílias (IAF) de 2003 não indica grande utilização de máquinas de lavar apesar da sua grande utilidade. De uma amostra de 8,700

agregados familiares somente um (chefiado por uma mulher não pobre) indicou ter comprado uma máquina de lavar. Em termos de sector, o relatório do INE (2004) do IAF reporta que somente 0.2% dos agregados familiares Moçambicanos possuem uma máquina de lavar. Nas áreas urbanas esta proporção aumenta para os poucos 0.6% e nas áreas rurais, é simplesmente de 0%. Mas se somente 7.0% dos agregados familiares Moçambicanos têm acesso a electricidade (DNEAP, 2007), então como comprar uma máquina de lavar se não há electricidade para a fazer funcionar?

As máquinas de lavar não são produzidas internamente. Em 2005 a UE exportou para Moçambique o equivalente a 30,720 Euros destas máquinas. Mas se o seu uso estará concentrado num pequeno grupo de agregados familiares menos pobres, quais são as vantagens da liberalização da sua importação se no final só vai diminuir as receitas públicas que poderiam ser utilizadas para a expansão do abastecimento de electricidade que depois permitirá o funcionamento das máquinas? A Tabela 29 provê alguma informação sobre este produto.

**Tabela 29: As máquinas de lavar**

Despesa total do AF	0.0% do orçamento total dos AFs
Principal consumidor	AFs não pobres chefiados por homens Sul-Urbano
% do orçamento do principal consumidor	Menos de 0.1%
Impacto sobre o género	Questionável
Produzido localmente (?)	Não
Exportações da UE para Moçambique	30,720 Euros
Tarifa de importação	25.00%
Cronograma de liberalização	0%, 2008

Fonte: Estimativas com base no IAF 2003 e compilação de dados pela ODI

#### iv.) Pneus de viaturas turismo

Moçambique já teve uma grande empresa de produção de pneus, a Mabor de Moçambique. Empregava cerca de 450 trabalhadores, homens na sua maioria. Diferentemente de muitas empresas nacionais, a Mabor de Moçambique já possuía um certificado internacional de qualidade em 1995, produzindo uma variedade de pneus (cerca de 800 por dia) e câmaras-de-ar para abastecer o mercado local e países como a

Africa do Sul, Zimbabué, Malawi, Zâmbia, RD Congo, Botswana e Namíbia; o mesmo que dizer toda a Africa Austral. Um jornal de 2002 indica, porém, que a fábrica sofreu um incêndio e isso paralisou a sua produção, levando a empresa a falência (veja-se: [www.ml.co.mz/notmoc\2002\0107so.html](http://www.ml.co.mz/notmoc\2002\0107so.html)).

A página da internet do Governo de 10 de Maio de 2007 indica tentativas de recuperação da empresa através de uma parceria com o sector privado (veja-se: [www.govnet.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_politica/maio2007/nots\\_po\\_347\\_mai\\_07](http://www.govnet.gov.mz/noticias/news_folder_politica/maio2007/nots_po_347_mai_07)). A questão é, no entanto, após a liberalização estará a nova empresa capaz de vender os seus produtos pelo menos no mercado interno?

Por enquanto, a informação disponível na Tabela 30 mostra que não existem despesas massivas no item. Somente 0.2% do orçamento de todos os agregados familiares é gasto neste item. A maioria dos consumidores está nas zonas urbanas do sul (ou a Cidade de Maputo e Província), sendo a maioria os agregados familiares não pobres chefiados por homens. O Relatório do INE (2004) também indica que somente 1.6% dos agregados familiares têm carro e esta proporção é maior na áreas urbanas (4.3%) do que nas rurais (0.4%). Sendo um pequeno mercado, a liberalização pode então funcionar contra o crescimento do sector dos pneus em Moçambique.

**Tabela 30: Pneus de viaturas turismo**

Despesa total do AF	0.2% do total do orçamento dos AFs
Principal consumidor	AFs não pobres chefiados por homens, Urbano-Sul
% do orçamento do principal consumidor	0.6% do Orçamento total
Impacto sobre o género	0.4% não pobres rural-sul
Produzido localmente (?)	Não
Exportações da UE para Moçambique	90,949 Euros
Tarifa de importação	25.00%
Cronograma de liberalização	0%, 2008

Fonte: Estimativas com base no IAF 2003 e compilação de dados pela ODI

## v.) O whisky

A liberalização das importações do whisky constitui um outro caso interessante. Não existe nenhum lugar do mundo onde o whisky é considerado como um bem essencial. O seu consumo é muito selectivo. No caso de Moçambique o principal consumidor são os agregados familiares não pobres da zona urbana do sul do país. Se poucos são os que consomem o whisky e quando o fazem é por prazer, será justificável a liberalização deste produto contra a perda das receitas públicas? Qual será a potencial dimensão do género? (poderíamos falar da violência sobre a mulher, mas o leitor haveria de pedir evidências estatísticas, as quais não temos em mão).

O whisky é também produzido localmente. Em 2007, a sua produção alcançou cerca de 25,500 litros, um aumento do volume de produção de 9.6% comparativamente a 2006. Não temos disponível o número exacto dos trabalhadores do sector, mas é sabido que, em geral, o sector das bebidas emprega cerca de 14,700 trabalhadores dos quais 32.6% são mulheres. Assim, é necessário uma justificação mais plausível para justificar tais níveis de perdas somente a favor de uma pequena percentagem da população. A seguir tentamos compreender porquê não liberalizar certo tipo de bens. Utilizamos o caso do sabão como exemplo.

**Tabela 31: Produção e Consumo do Whisky**

Despesa total do AF	0.0%
Principal consumidor	AFs não pobres chefiados por homens, Urbano-Sul
% do orçamento do principal consumidor	0.10%
Exportações da UE para Moçambique	380,714 Euros
Tarifa de importação	25.0%
Cronograma de liberalização	2018
Produzido localmente ?	Sim
Proporção da mulher no sector	32.6%

Fonte: Estimativas com base no IAF 2003 e compilação de dados pela ODI

## vi.) O Sabão

O sabão constitui um produto excluído da liberalização. Moçambique produz sabão e constitui um dos sectores que conseguiram sobreviver a crise dos anos 1980 e as reformas conseguintes. Actualmente, as empresas existentes têm conseguido garantir a produção de cerca de 2.6 milhões de quilogramas de sabão em pó, flocos e outras formas, e, 13.9 milhões de quilogramas de sabão em barras ou pedaços (INE, 2007). No que concerne a sua contribuição para a criação do emprego, o Censo Populacional indica cerca de 1,937 trabalhadores dos quais 12.5% são mulheres (Tabela 32).

**Tabela 32: Produção e Consumo de Sabão**

Despesa total do AF	2.8%
Principal consumidor % do orçamento do principal consumidor	AFs pobres chefiados por homens, norte-rural 5.0%
Exportações da UE para Moçambique	10,144 Euros
Tarifa de importação	7.5%
Cronograma de liberalização	Excluído
Produzido localmente ?	Sim
Proporção da mulher no sector	12.5%

Fonte: Estimativas com base no IAF 2003 e compilação de dados pela ODI

Porém, mais do que a contribuição para a criação directa do emprego está a sua contribuição para a afectação da mão-de-obra nos sectores de produção do coco/copra, o seu bem intermediário mais importante. A Secção 3.a.i acima indica que cerca de 55.0% da força do trabalho utilizada na produção do coco são mulheres (veja-se Tabela 2). Adicionalmente, está a sua contribuição para o consumo dos agregados familiares pobres, principalmente nas regiões menos modernizadas do país. Os agregados familiares pobres chefiados por homens da região norte rural do país despendem cerca de 5.0% do seu orçamento neste produto. E, os agregados familiares pobres chefiados por mulheres da região central e nortenha do país despende 4.8% e 4.4% respectivamente neste produto<sup>26</sup>. Isto significa que os preços que as empresas praticam são acessíveis aos agregados familiares mais pobres. De facto, enquanto que em Março de 2008 o quilograma do sabão

<sup>26</sup> Estimativas baseadas no IAF 2002/3..

custava 17.8 meticais, a mesma quantidade de detergente em pó custava 5 vezes mais o preço do sabão (INE, Inquérito sobre Preços nos Mercados).

A questão é: serão os produtores capazes de estabelecer preços mais baixos do que os actualmente praticados? Para responder a esta pergunta necessitaríamos de informação adicional sobre as finanças empresariais e sua dinâmica, mas é sabido que actualmente o país enfrenta problemas de doença dos coqueiros e por isso o preço da copra tem aumentado progressivamente. Assim, não esperamos uma melhoria na capacidade de competição com as importações de sabão a preços mais baixos.

Uma vez que o sector tem conseguido promover ligações (a montante ou backward) com outros sectores da economia com impacto positivo sobre a produção pela mulher, então pode-se afirmar que apesar da vulnerabilidade actual, o sector deveria ser protegido da competição imposta pelas importações de custo mais baixo.

#### **d) Receitas públicas**

A Tabela 18 acima indicou que cerca de 62.0% dos produtos importados da UE serão liberalizados, e que a maior parte da liberalização (cerca de 60.0% de todas as importações) estará concentrada em 2008 e a pequena parte restante de 2.0% em 2018. Para além do impacto sobre a produção e consumo, este nível de liberalização poderá ter um forte impacto sobre as receitas públicas. Já nos referimos acima que os impostos relativos ao comércio externo constituem a principal fonte das receitas internas (antes da assistência externa), e que cerca de 12.0% provêm das tarifas aduaneiras.

A Tabela 33 apresenta estimativas do impacto sobre as receitas. Ela indica que com a primeira etapa da liberalização do comércio com a UE (em 2008), as receitas tarifárias referentes a importação dos produtos provenientes da UE cairiam de 17.5 milhões de Euros para menos de metade (cerca de 7.5 milhões de Euros) Esta é uma queda de 2.6% para 1.6% do total das receitas fiscais. Na segunda etapa da liberalização (2018) as

receitas cairiam ainda mais para 7.0 milhões de Euros ou simplesmente 0.04% do total das receitas fiscais.

**Tabela 33: O impacto do AIPE sobre as receitas, 2005**

Tarifa de importação	2005	Liberalização em 2008			Liberalização em 2018		
	Receitas tarifárias	Linhas tarifárias	Importações da UE	Receitas tarifárias	Linhas tarifárias	Importações da UE	Receitas tarifárias
0	0	1,135	150,126,724	0	1,177	154,056,412	0
2.5	790,697	86	8,309,880	207,747	85	8,306,618	207,665
5	2,712,513	34	12,477,646	623,882	34	12,477,646	623,882
7.5	5,871,610	270	19,988,964	1,499,172	265	17,960,543	1,347,041
25	8,092,222	580	26,197,411	5,239,482	544	24,299,406	4,859,881
	17,467,041	2,105	217,100,625	7,570,284	2,105	217,100,625	7,038,470
Tarifa média ponderada	13.6	6.7			6.3		
Tarifa média não ponderada	8.0	3.5			3.2		

Fonte: Estimativas com base na compilação pela ODI.

Um aspecto importante a considerar é o impacto da liberalização sobre o IVA nas importações. Em princípio, a elasticidade em relação ao preço implica que a disponibilidade de importações a preços mais baixos levam ao aumento da sua procura, aumentando assim as receitas do IVA cobrado nas importações.

Não podemos realizar tais estimativas. Porém, Van Dunen (2007), indica que para que haja um aumento das receitas públicas, a elasticidade da procura pelas importações em relação ao preço dever ser maior que 1,92, de acordo com a Curva de Laffer. Ele não estima a elasticidade da procura das importações em relação ao preço, mas considerando a média Africana de somente 1.36<sup>27</sup> a sua conclusão é de que as baixas tarifas não contribuem para o aumento das cobranças do IVA na importação. Assim, nós chegamos a conclusão final de que o AIPE terá um impacto negativo sobre as receitas públicas e isto vai necessitar uma compensação por tais perdas.

<sup>27</sup> Na sua análise da procura por bens alimentares essenciais em Moçambique, Barslund (2007) não encontra uma elasticidade da procura em relação preço superior a 1.37.

A principal alternativa para as finanças públicas tem sido as doações providas pelas instituições bilaterais e multilaterais. Estas têm, no entanto, seguindo uma tendência decrescente. Em somente 1 ano (2005 a 2006), elas caíram em cerca de metade, de 25,800 para 14,600 milhões de meticais<sup>28</sup>. Isto significa que o Governo teria que aumentar os impostos na base de outras fontes fora do contexto das importações<sup>29</sup>: (i) o IVA sobre o consumo interno geral; (ii) o imposto sobre consumo específico e os impostos sobre o rendimento singular e colectivo.

Os impostos em Moçambique são, porém, os mais altos da região. A África do Sul, por exemplo, cobra 14% de IVA enquanto que Moçambique cobra 17.0%. O aumento destas taxas teria um efeito devastante. Em termos de produção, este é um desafio para a competitividade uma vez que os investidores poderão ser atraídos para os países que oferecem impostos mais atractivos.

Em termos do consumo, foi acima mencionado que mais de metade dos agregados familiares Moçambicanos vivem abaixo da linha da pobreza, e que aqueles chefiados por mulheres concentram a maior proporção dos pobres. A Secção 3 referiu-se às diferenças na dinâmica socio-económica que no final contribuem para este nível da pobreza. Não tivemos acesso a análises quantitativas sobre o impacto das despesas públicas sobre o género, mas o caso da falência do sector industrial intensivamente feminino do caju devido ao corte dos subsídios no contexto do programa de ajustamento estrutural no início dos anos 1990<sup>30</sup> serve de exemplo sobre o que pode acontecer devido as restrições nas despesas públicas.

As despesas públicas para os bens e serviços sociais ainda necessitam de incremento para cobrir ambas as questões quantitativas (cobertura) como qualitativas. No sector da saúde, por exemplo, a taxa de mortalidade materna ainda é alta: de cada 10,000 Moçambicanas, em idade reprodutiva, 408 morrem anualmente devido a complicações relacionadas com

---

<sup>28</sup> Dados compilados para a produção do programa financeiro pela Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas do Ministério da pLanificação e Desenvolvimento.

<sup>29</sup> Como foi acima mencionado, a maioria do comércio com o principal parceiro, a SADC, já está librealizada.

<sup>30</sup> Por favor, veja-se Kanji et al (2004).

a gravidez. Cerca de 24.0% das crianças com idade inferior a 5 anos têm peso menor e de cada 1,000 crianças da mesma idade 178 morrem. Apesar das fortes melhorias em relação ao passado, o rácio raparigas/rapazes no ensino primário é ainda de 0.83 (PNUD, 2005).

No que concerne a assistência directa a população vulnerável, onde a maiorias das mulheres vulneráveis e chefe de família estão, é importante salientar que a assistência social formal somente cobre cerca de 166,000 indivíduos dos quais 2,101 são mulheres chefe de agregado familiar solteiras e com mais de 3 dependentes<sup>31</sup> que implementam actividades de geração de rendimentos, ganhando um valor de 450.00 meticais (ou simplesmente 14 euros). A maioria dos beneficiários está localizada nas áreas urbanas e quando nos concentramos sobre os programas de subsídio de alimentos (120,000 beneficiários), observa-se que cada indivíduo elegível ao subsídio somente recebe 150.00 meticais (ou somente 5 dólares)<sup>32</sup> (República de Moçambique, 2008 e República de Moçambique, 2007a).

Em suma, o AIPE traz sérios desafios para a capacidade do Governo de sustentar as suas medidas de erradicação da pobreza.

## **6. Fontes e Qualidade da Informação**

As questões sobre o comércio são amplas, dada não somente a complexidade do seu conteúdo, mas também a complexidade do seu impacto. Este estudo tenta cobrir o impacto potencial do AIPE sobre os produtores, consumidores e orçamentos tanto privado com público do ponto de vista do género. A recolha de informação e sua análise foram assim chave. Nesta Secção referimo-nos as fontes e a qualidade da informação.

### **a) A estrutura da liberalização do AIPE**

---

<sup>31</sup> Outros são os idosos e as crianças vulneráveis e os deficientes.

<sup>32</sup> Os valores são ajustados de acordo com o número de dependentes de acordo com: 1 dependente (+50 meticais), 2 dependentes (+100 meticais), 3 dependentes (+150 meticais), e, mais de 4 dependentes (+200 meticais).

Para que o impacto do AIPE seja visível é necessário que, em primeiro lugar, os dados sobre as importações provenientes da UE estejam organizados num nível de detalhe que permita a visibilidade das tarifas de importação, valores e quantidades, e, o cronograma de liberalização aplicado a cada produto. Isto nos permitiria discernir sobre os bens que devem ser liberalizados, a sua relação com a produção e consumo por homens e mulheres, e o seu impacto sobre a disponibilidade de poupanças públicas e privadas para investimento na igualdade de género e fortalecimento económico da mulher.

Não foi possível ter acesso a tal compilação exaustiva na base de fontes nacionais. A alternativa encontrada foi a compilação feita pela Overseas Development Institute (ODI). Esta base de dados deriva da informação provida pela UE-COMEX sobre as exportações pela UE para Moçambique em 2005 num nível de agregação de 8 dígitos, de acordo com o Sistema Harmonizado (HS). A base inclui também o cronograma de liberalização oferecido por Moçambique no contexto do AIPE.

Esta compilação pela ODI é então exaustiva para o nosso propósito. No entanto ela apresenta-nos três constrangimentos principais: (i) tal como todas as bases de dados sobre o comércio, a soma dos itens listados como importações é menor do que o valor “total das importações”, deixando em aberta a possibilidade de alguns itens não serem cobertos (alguns deles podem ser sensíveis em relação ao género). Esta exclusão pode influenciar as nossas estimativas sobre o grau e conteúdo da liberalização. O seu impacto sobre o género depende se os produtos excluídos foram liberalizados ou não e se eles competem com os produtos produzidos localmente pela mulher ou se permitem fazer poupanças importantes para o aumento do consumo pela mulher. (ii) Os dados referem-se aos valores das exportações a preços f.o.b (fronteira da UE), excluindo assim os custos relativos ao seguro e transporte. O problema aqui é que as estimativas das receitas são baseadas nos preços c.i.f. Como utilizamos preços f.o.b as nossas estimativas do impacto do AIPE sobre as receitas públicas ficam subestimadas, (iii) As estimativas das receitas são receitas potenciais uma vez que podem existir produtos importados que caem na categoria das isenções como no caso das ofertas, as acções com fins humanitários outras isenções. Não tentamos fazer qualquer ajustamento para corrigir esta distorção, mas

mencionamos que receitas aduaneiras os bens importados têm pago durante a análise de produtos específicos.

## **b) Dados sobre produção e consume desagregados por sexo**

Nós esperamos quanto implicações da redução do preço dos produtos importados no contexto do AIPE:

(i) a primeira concerne a competição entre os produtos importados a preços mais baixos e os bens da mesma qualidade e quantidade produzidos localmente. A competição exige que os produtores internos se ajustem ao choque através da redução do preço dos seus produtos, mas isto depende do custo dos factores e da margem de lucro. Isto poderá ter um impacto significativo sobre o género dependendo da composição por sexo da força de trabalho utilizada na produção do bem que compete com as importações de baixo custo. Para avaliar tal impacto seriam necessários dados sobre o emprego/produção com um nível bem refinado de desagregação (8 dígitos do código do Sistema Harmonizado-SH).

As nossas principais fontes de informação foram o Censo Populacional de 2007, o Inquérito às famílias (IAF) de 2003, o Inquérito às Empresas de 2007 que faz parte do Anuário Estatístico de 2008, e o Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) de 2003. Aqui exploramos o seu potencial/constrangimentos para a análise detalhada do emprego em relação ao género.

### ***O Censo Populacional***

De princípio, o Censo Populacional tem a vantagem de agregar toda a força de trabalho numa só base de dados a nível individual, tornando assim possível a análise por sexo da distribuição da força do trabalho por sector específico e permitindo comparações entre eles. Ele contém também a informação de outros indicadores como as profissões, o tipo de ocupação, propriedade, uso do tempo, educação, entre outros.

A classificação das ocupações pelo Censo Populacional está definida a 9 dígitos. Porém, o principal constrangimento consiste no facto de que esta classificação ainda não consegue ter correspondência com os 8 dígitos do Código do HS utilizados na Pauta Aduaneira. A ligação entre as duas bases de dados só é possível quando a codificação do SH é agregada (a 6 dígitos). Exemplos disto podem ser tirados do sector agrícola onde o Censo populacional não se refere a cada cultura específica. Para o sector manufactureiro, a situação melhora ligeiramente como por exemplo no caso das bebidas onde se discrimina aqueles que trabalham na produção da cerveja daqueles que trabalham na produção de vinhos ou de refrigerantes, mas quando vamos para os produtos químicos agrícolas (os diferentes tipos de fertilizantes, pesticidas, herbicidas, entre outros) o Censo os classifica dentro de um único grupo de “produção de fertilizantes e de outros produtos agro-químicos”.

Adicionalmente, apesar de o Censo Populacional cobrir questões sobre o uso do tempo, ele somente se refere às actividades convencionalmente consideradas como trabalho. Assim, os serviços providos pelos membros dos agregados familiares para o mesmo agregado não são tomados em consideração. Somente a produção de bens pelos membros do agregado familiar para o mesmo agregado é coberta.

Para os casos onde havia adequada informação sobre o emprego, o problema que tivemos com os dados do Censo foi ter tido acesso aos dados preliminares que ainda não estavam completamente digitados. Assim, somente pôde-se utilizar dados relativos e de forma agregada, uma vez que os números absolutos eram tão pequenos que em alguns casos não sugeriam aproximação com a realidade. Também, indicadores importantes como os da educação, uso do tempo e saúde ainda não faziam parte da base de dados. A falta de detalhe ou a sua fraca cobertura exigiu a utilização de inquéritos mais especializados.

#### *Recomendações para o Censo Populacional*

Censos Populacionais tendem a ser gerais, sendo os detalhes cobertos por inquéritos ou censos especializados. Porém, uma vez que eles cobrem o uso do tempo para actividades

específicas, eles poderiam também incluir a produção de serviços pelos membros dos agregados familiares para o mesmo agregado.

### ***O Inquérito às Famílias de 2003 do INE***

Este Inquérito é exaustivo em termos de abrangência dos indicadores do bem-estar. De uma caracterização dos indivíduos em termos demográficos, educacionais e de saúde, ele cobre também a componente sobre o emprego por sexo. A nível do agregado familiar, ele inclui o consumo e as fontes de rendimento dos agregados familiares. Na secção sobre o emprego, ele refere-se ao sector de emprego e tipo de ocupação, porém a um nível de agregação de 4 dígitos do Sistema Internacional de Classificação Industrial (ISIC). Como é o caso do Censo Populacional, a sua secção de uso de tempo somente cobre a produção mercantilizada dos bens e serviços e a produção de bens para o auto-consumo. Para o sector agrícola, a referência do uso do tempo é somente em termos do tempo gasto na machamba e não exactamente para cada cultura agrícola. Como foi acima mencionado este é um constrangimento para o nosso caso de estudo que é mais específico, a nível do produto.

Os esforços actuais para a melhoria da colecta dos dados sobre o uso do tempo têm-se concentrado na especificação do tempo dispendido nos itens que caem nas contas nacionais como a manutenção das casas e a busca de lenha. Outras actividades integradas no inquérito concernem o tempo dispendido nas actividades relacionadas com o cuidado doméstico como a limpeza da casa, a lavagem da roupa, cozinha e cuidado dos menores/idosos. Os resultados de tal ensaio serão conhecidos com a disponibilidade dos dados do Inquérito ao Orçamento familiar de 2008.

### ***O Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA)***

O TIA analisa a produção pelas pequenas, médias e grandes explorações tanto do ponto de vista do agregado familiar global como ao nível da parcela agrícola. Esta informação está desagregada por sexo. As limitações do TIA, no entanto, concernem essencialmente

a componente da utilização da força de trabalho e do uso dos insumos. O tempo alocado na produção de culturas específicas pelos camponeses por conta própria não é considerado. Isto constitui um constrangimento para a análise do género dado que a maioria das mulheres são agricultoras por conta própria. O TIA não inclui informação sobre o uso de sistemas de irrigação e não discrimina os diferentes tipos de instrumentos agrícolas mecanizados, apesar da sua cobertura no questionário. Sobre o alcance educacional, o TIA refere-se somente a alfabetização.

A informação sobre os preços praticados na comercialização dos produtos agrícolas foi coberta pelo TIA, mas uma vez que a base de dados era antiga encontramos como alternativa a informação disponibilizada pela Revista Quente-Quente a qual apresenta dados mais recentes. O constrangimento da revista consiste essencialmente na sua concentração num número pequeno de produtos como os cereais e tubérculos, incluindo o feijão.

*Recomendações:* Integrar o uso do tempo no TIA e as tecnologias específicas no processamento dos dados. O uso do tempo deveria cobrir ambos a produção (o tempo dispendido nas actividades agrícolas específicas e produtos) e a reprodução (as actividades relacionadas com o cuidado do agregado familiar ou os serviços providos pelos membros do agregado familiar para o mesmo agregado).

### ***O Inquérito às Empresas***

A informação sobre as empresas que tivemos acesso do INE cobre apenas a quantidade produzida e os preços unitários por produto. Questões sobre a cobertura da amostra indicaram representatividade de todo o universo do sector manufactureiro formal. Não podemos ter acesso a qualquer informação sobre as características das empresas incluindo a dimensão do género dos proprietários, empregados, condições de trabalho, entre outros. No que concerne ao uso da informação disponibilizada, o problema enfrentado foi a falta de compatibilidade entre os dados do Inquérito e os dados relativos ao preço médio no mercado. Para um número significativo de bens, esta falta de compatibilidade mostrou ser

um constrangimento durante a comparação das diferenças entre os preços ao produtor e os preços ao mercado, enquanto tomando em consideração o impacto ao AIPE.

Outro inquérito a empresas foi produzido sob colaboração entre o Ministério da Planificação e Desenvolvimento e o INE, com apoio do Banco Mundial. Embora tentando cobrir as questões relacionadas com as percepções sobre governação e negócios (como a burocracia e o quadro regulatório), e com os constrangimentos ao investimento, o Inquérito também cobriu o sector manufactureiro formal mas sem alguma desagregação por sexo da informação considerada.

O Inquérito sobre o Sector Informal de 2004 do INE tentou cobrir a lacuna da informação, pois apesar de excluir o sector formal, todo o sector informal foi coberto, excepto a provisão própria dos serviços domésticos. A informação tenta capturar a produção num nível altamente detalhado (incluindo as culturas agrícolas), o acesso ao financiamento, o portfolio de investimento, remuneração da força do trabalho, lucros, entre outros. Um dos principais problemas do inquérito é porém, a capacidade da sua utilização. O Inquérito é complexo e nem sempre é fácil ligar o questionário com as variáveis computarizadas. Recentemente foi disponibilizado um dicionário das variáveis, e isso poderá ajudar nas análises futuras.

#### *Outra informação e análises da produção*

Outro problema enfrentado nas análises a nível do produto é a falta de estudos a nível do produto. A maioria dos estudos concentra-se nas culturas estratégicas como o algodão, o açúcar, e a castanha de caju, e nas culturas de subsistência como o milho e a mandioca. Outros produtos não têm merecido muita atenção pelos investigadores. Informações e avaliações concernentes a produtos como o óleo, o sabão, carne, entre outros, são de difícil acesso. É necessário um esforço dirigido a promoção de análises a nível do produto.

*Recomendações:*

Integrar a dimensão do género nos inquéritos sobre o sector manufactureiro formal. E isto refere-se ao INE e aos inquéritos financiados pelo Banco Mundial. Para o caso do sector informal, construir uma equipe capaz de analisar os seus dados, tirando assim vantagem da rica informação que ele provê.

É necessária a promoção de estudos a nível dos produtos. Isto é importante não somente para o fortalecimento económico da mulher mas também para as estratégias de desenvolvimento, em geral (as mulheres fazem parte também). As discussões actuais sobre a necessidade de focalização no fortalecimento de uma cadeia de valores para o crescimento do sector industrial com absorção da produção agrícola nacional exigem que as análises sejam feitas a nível do produto com ligações com os sectores relacionados. As instituições de estudo jogam papel importante no alcance deste objectivo.

(ii) Se os bens importados são capitais ou intermediários, então existe a necessidade de compreender se essas importações a preços mais baixos contribuirão para a melhoria da produção e da produtividade da mulher enquanto reduzindo a sua sobrecarga do trabalho.

A condição básica é a existência e disponibilidade de estatísticas desagregadas por sexo sobre o investimento, produtividade e seus determinantes. Para além da descrição geral da característica da produção da mulher, poucos são os estudos que puderam estimar quantitativamente a dinâmica do género na produção, desde os factores de produção até ao nível do mercado.

*Recomendações:*

Promover análises quantitativas profundas sobre as características da produção por sexo entre as instituições de investigação, incluindo as universidades.

iii. Do lado dos bens de consumo final, procura-se examinar se as importações a preços mais baixos mudarão o padrão do consumo dos agregados familiares e induzir

certo nível de poupanças pelas famílias ao favor da mulher. A fonte principal de informação sobre o consumo é o inquérito ao orçamento familiar (IAF) de 2003. Embora fornecendo informação valiosa a nível dos agregados familiares, a sua utilização é um pouco dificultada pelo facto de nem todos os itens considerados no inquérito serem coincidentes com os bens classificados na Pauta Aduaneira a 8 dígitos do sistema harmonizado. Exemplos consistem no consumo de alimentos nos restaurantes que não sabemos exactamente a que se referem (é feijão, peixe, vegetais ou carne?). Os códigos utilizados para o consumo familiar são também diferentes daqueles utilizados na Pauta Aduaneira. Isto torna o processamento da informação num trabalho penoso do que o que seria se a codificação fosse a mesma.

A componente do consumo do IAF 2003 utiliza o agregado familiar como unidade de estatística e não considera o consumo a nível individual. Do ponto de vista do género, esta situação somente permite a discriminação do consumo pelo sexo do chefe do agregado familiar.

Haddad et al (1997) afirma que embora os modelos unitários continuem extremamente importantes na explicação de muitos fenómenos, a evidência a favor de modelos onde o indivíduo dentro de cada agregado familiar tem preferências diferentes ou mantêm controle sobre os recursos da família, é de interesse para os investigadores e formuladores de políticas. Isto é especialmente importante do ponto de vista do género dado que existem evidências indicando que os membros do sexo feminino dos agregados familiares tendem a ter menor acesso aos recursos do que os do sexo masculino. No ponto de vista do AIPE a existência de informação sobre o consumo familiar a nível individual poderia ajudar-nos compreender melhor como é que mulheres e homens num agregado familiar são diferentemente afectados pela liberalização. Não podemos capturar esta informação.

Os esforços actuais para a captura dos padrões de consumo por sexo entre os membros dos agregados familiares concernem a inclusão de despesas específicas como para a educação e para saúde. Seria necessário mais trabalho para assegurar que outros itens que

reflectem o padrão de consumo por sexo a nível dos agregados familiares sejam integrados no inquérito.

iv.) O orçamento público. Nesta componente, pretende-se analisar a medida em que a remoção das taxas tarifárias terá um impacto negativo sobre as receitas públicas, e a sua implicação em termos do alcance do objectivo geral de uma estratégia de crescimento equitativo.

A nossa análise do impacto do AIPE sobre as despesas públicas que contribuem para a igualdade do género é no início constrangida pela falta de análises rigorosas que relacionem as mudanças no volume orçamental para a igualdade do género com as mudanças no tempo alocado no trabalho não remunerado. Tais análises haviam de nos prover com uma base de informação sobre como é que um orçamento restrito (devido as perdas das receitas tarifárias) afectariam as despesas em bens e serviços que afectam a alocação do tempo entre as actividades produtivas e reprodutivas pela mulher.

*Recomendações:*

Realizar uma análise da incidência orçamental sobre o género com simulações que reflectem mudanças na afectação orçamental em dois cenários principais: (i) orçamento restrito, (ii) orçamento expansivo.

### **c) Tempo de Referência**

O nosso período de referência deveria ser o ano de 2008, a data da implementação do AIPE, ou 2007 por causa da disponibilidade da informação. Porém, as nossas fontes de informação são dispersas, com algumas referindo-se a 2007, outras a 2006 ou mesmo antes. Utilizamos estas fontes de informação pois muitas questões levantadas são de carácter estrutural (levam tempo a mudar) e por isso ainda reflectem a realidade social e económica do país.

## 7. Conclusões e Recomendações

O presente estudo tentou analisar o impacto sobre o género de um AIPE. A primeira Secção referiu-se a estrutura por sexo da economia e foi capaz de mostra que apesar da fragilidade geral da economia, mais mulheres do que homens produzem sob grandes constrangimentos que não somente incluem o fraco acesso e controle sobre os meios produtivos, mas também fraca capacidade técnica e um ambiente social que as empurra para a produção de bens e serviços principalmente para o consumo familiar. O sector agrícola de fraca produtividade consiste na sua principal fonte de emprego.

Apesar de apresentar uma lista ampla de bens excluídos da liberalização em comparação com os países da Africa Oriental, por exemplo, o AIPE Moçambicano é de um modelo “big bang”, uma vez que o programa da liberalização não somente concentra-se na parte inicial como também a sua implementação é de um período extremamente curto. Esta rapidez da liberalização impõe sobre as mulheres o desafio relativo a sua capacidade de ajustamento a mudanças repentinas nos preços do mercado. Apesar da agricultura conter uma componente mínima de liberalização, a análise indica que as mulheres ainda poderão ser negativamente afectadas por causa do impacto da importação de bens substitutos a preços mais baixos.

A maioria dos bens liberalizados são manufacturados e intermediários dos quais poucos podem ser utilizados na esfera da produção da mulher. Isto é porque a maioria destes produtos são aplicáveis nos sectores dos serviços e manufactura, onde a vasta maioria dos trabalhadores são homens. O estudo não encontrou evidências da capacidade da mulher de tirar vantagem da disponibilidade dos bens intermediários agrícolas. Para os homens que constituem a maioria dos produtores de pequena escala no sector manufactureiro e de serviços, as evidências mostram similar limitação na sua capacidade de investimento. Este resultado leva-nos a concluir que embora seja importante para a economia uma vez que o país não os produz, a liberalização de bens intermediários têm um impacto limitado sobre a produção por homens e mulheres.

O possível impacto negativo dos bens de consumo manufacturados em ambas a produção e consumo dos agregados familiares pobres e mulheres é notado. Primeiro, parte dos itens é produzida localmente o que impõe uma competição directa de preços com os sectores intensivamente masculinos ou a intensificação do efeito de substituição nos sectores intensivamente femininos. Este é o caso de produtos como as cerâmicas, as toalhas de papel e as massas alimentícias. Segundo, eles beneficiam mais os agregados familiares não pobres. O whisky é um bom exemplo. Mais de metade dos bens de consumo foram identificados como com potencialidade para uso pelas mulheres. No entanto, a maioria destes produtos são consumidos pelas mulheres pertencentes a agregados familiares não pobres e chefiados por homens. As máquinas de lavar são o exemplo. Os agregados familiares rurais pobres e chefiados por mulheres consomem mais bens alimentares tradicionais e o pouco rendimento restante é utilizado na compra de serviços essenciais como a educação e a saúde.

A tomada em consideração destas questões nas negociações futuras sobre o APE é importante. As nossas primeiras recomendações são dirigidas à consideração das seguintes possibilidades:

- (a) Como foi feito pelos países da Africa Oriental, adoptar um processo de liberalização mais gradual. Isto daria mais tempo para o ajustamento;
- (b) Considerar, dentre as etapas da liberalização, primeiro os bens de capital e equipamento que o país não produz; esta recomendação baseia-se na observação de que apesar da actual baixa qualidade do emprego (pelo nível de pobreza nos diversos sectores económicos), o crescimento baseado no maior acesso a tecnologia pelas médias e grandes empresas pode também ajudar a reduzir os níveis de desemprego prevalecentes (cerca de 18.7%, sendo alto entre as mulheres, 21.7%. Veja-se [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz));
- (c) Considerar a liberalização de outros inputs na produção como óleos e fertilizantes que não são produzidos localmente.
- (d) Considerar a liberalização dos bens de consumo que não são produzidos localmente e não impõem competição directa ou um efeito de substituição;

- (e) Considerar o resto dos bens.

## **8. B**

## 9. Bibliografia

Africa Recovery (1999), *South Africa and European Union Conclude Sweeping Trade Agreement*, United Nations Department Information, Vol13 No.1.

Arndt (2005), *Trade Reform and Gender in Mozambique*, discussion paper No 4E, Ministry of Planning and Development: Maputo.

Associação Bancária de Moçambique (2006), *Inquérito às Instituições Financeiras de Moçambique*, Maputo.

Ayisi (1995), *Supporting Women Farmers in the Green Zones of Mozambique*, POPLINE Document Number: 108064

Barslund, M. (2007), *Regional Differences in Food Consumption in Urban Mozambique: A Censored Demand System Approach*, University of Copenhagen, Discussion Paper No 07-15.

Byiers (2006), *Enterprise Development in Mozambique: Results based on manufacturing surveys conducted in 2002 and 2006*, Maputo: Ministry of Planning and Development, Discussion Paper N. 33E

Boughton et al (2006), *Changes in Rural Household Income Patterns in Mozambique, 1996/2002, and Implications for Agriculture's Contribution to Poverty Reduction*, Maputo: Ministry of Agriculture, Research Report Number 61E.

Burns (2003), *Integrating the gender dimension into macroeconomic Policies*

Bursvik (s.d), *EU-SADC Economic Partnership Agreement*, Mimeo.

Çagatay et al (1995), 'Introduction', in: *World Development Report-Special issue on gender, Adjustment and Macroeconomics*, November, 23(11).

Chiconela (2004), *Estimativas e Análise da Pobreza em Moçambique*, Maputo: MDP.

Chilundo et al (2005), *Research Report 6: Land Registration in Nampula and Zambézia Provinces*, Mozambique, Maputo: IIED/UEM-FAEF

Daúde (2006), "Micro credit and rural livelihoods", in: *Microfinance in Mozambique – achievements, prospects & challenges*, Maputo CIDA/UNDP, Section 2

De Vletter (1996), *The Informal Sector in Mozambique*, Mimeo

- De Vletter (2003), *Microfinance in Mozambique: Are Donors Promoting Regional Feminization of Poverty?* ILO/SAMAT discussion paper No 16: Harare.
- De Vletter, F. (2006), *Microfinance in Mozambique – achievements, prospects & challenges*, Maputo CIDA/UNDP
- Dista, S. (2007), *Estratégia de aceleração dos Rácios Fiscais e Aduaneiros em Moçambique*, Powerpoint presentation
- DNEAP – Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (2007), *Energy Statistics*, Maputo: MPD-DNEAP
- Elson, D. (1998), ‘Integrating Gender Issues into National Budgetary Policies and Procedures’, in: *Journal of International Development*, vol 10.
- EU/SADC (2007), *Interim Economic Partnership Agreement Between the SADC EPA Countries, On One Part, And, The European Community And Its Member, On the Other Part, Brussels: Joint Text.*
- FAO (2003), *FAO/WFP Crop and Food Supply Assessment Mission to Mozambique*, FAO: Economic & Social Department.
- Fontana (2007), ‘Modeling the Effects of Trade on Women at Work and at Home’ in van Staveren et al. (eds), *The Feminist Economics of Trade*. Routledge
- Fontana’s (2008), *Gender and Women’s Rights Analysis of Economic Partnership Agreements: the case of Mozambique*, a paper presented in the Regional Workshop on “Gender and Women’s Rights Analysis of EPAs and trade liberalization”, Maputo, 19-20 August, 2008.
- Hadad, L. J. Hoddinott, e H. Alderman, eds (1997), *Intrahousehold resource allocation in developing countries: methods, models, and policy*. John Hopkins University Press for the International Food Policy Research Institute.
- Human Rights Council (2007), *Cotonou Partnership Agreement Between European Union (EU) and the African, Caribbean and Pacific (ACP) Countries; Eighth Session on Working Group on the Right to Development, and Fourth Session of the High Level Task Force on the Implementation of the Right to development; A/HRC/8/WG.2/TF/CRP.4*, Geneva.
- ICRISAT (2008), *Battling Rising Food Price with Productivity-Boosting Science*, available at: [www.cgiar.org/pdf/news\\_foodcrisis\\_what\\_icrisat\\_thinks.pdf](http://www.cgiar.org/pdf/news_foodcrisis_what_icrisat_thinks.pdf)
- INE (2006), *O Sector Informal em Moçambique – resultados to primeiro inquérito nacional (2005)*, INE: Maputo.

- INE (2007), *Inquérito a Força de Trabalho – Resultados*, INE: Maputo.
- INE (2008), *Anuário Estatístico, 2007*, INE: Maputo.
- Kanji et al (2004), *Liberalization, Gender and Livelihoods: Mozambique Cashew Nut Case*, IIED/UEM-FAEF.
- Kategewa (2007), *Services in EPA negotiations: implications for the ESA countries*, The South Centre: Malawi.
- Kauffman & Parlmeyer (2000), *The Dilemma of Small business in Mozambique* Lisbon: CEsa
- Kuznet (1930), *Secular Movements in Production and Prices*, Boston: Houghton Mifflin.
- Lee, Y (2003), *New Opportunities for Textile & Garment Industry in Mozambique*, Maputo: UNIDO.
- Lewis A.(1954), *Economic Development in Unlimited Labor Supplies of Labor*, Manchester School of Economics and Social Studies
- Ministério da Agricultura (2007), *Trabalho de Inquérito Agrícola 2006 – resultados preliminares*, Maputo: Ministry of Agriculture.
- ODI-ECDPM (2008), *The New EPAs: comparative analysis of their content and the challenges – Final report*, ODI-ECDPM
- Oya et al (2006), “Women Working for Wages: putting the flesh on the bones of rural labor market survey in Mozambique, in: *Journal of Southern African Studies*, 32:2, 313-333.
- Phoko (2006), *A gender review of the Economic partnership agreements - paper presented to the European Commission in Brussels*. [www.bilaterals.org/id\\_article=6758](http://www.bilaterals.org/id_article=6758)
- Psico J & Dias J (n.d), *Social Performance Evaluation of the Microfinance Institutions in Mozambique*, Mimeo.
- República de Moçambique (2007), *Lei n° 23 sobre a Lei do Trabalho*, Maputo: O Parlamento.
- República de Moçambique (2007a), *Lei n. 4/2007 sobre a Protecção Social*, Maputo: O Parlamento.
- República de Moçambique (2008), *Plano Económico e Social – Balanço*, Maputo.

República de Moçambique (no date), *Estratégia de Moçambique para o Processo de Integração Regional na SADC*, Maputo: Ministério da Indústria e Comércio.

Robinson et al (2007), “Assessing Preferential Trade Agreements using the Sussex Framework”, in: *Trade Negotiations Insights – From Doha to Cotonou*, vol.6 No. 2

Sitoe, T. (2005), *Agricultura Familiar em Moçambique – Estratégias para um desenvolvimento sustentável*, Maputo: Ministry of Agriculture.

The World Bank (2007), *Beating the Odds: sustaining inclusion in a growing economy*, Report No 40048-MZ, The World Bank: Africa Region.

The World Bank (2006), *Mozambique Agricultural Development Strategy – simulating smallholder agricultural growth*, Africa Region: Report N° 32416-MZ

Thorp, T (2003), *Regional Implications for the ACP-EU Economic Partnership Agreements*, a paper prepared for The Global Trade Negotiations Center for International Development ([www.cid.harvard.edu/cidtrade/index.html](http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/index.html)).

Tschirley & Abdula (2007), *Towards Improved Marketing and Trade Policies to Promote Household Food Security in Central and Southern Mozambique*, Research paper n 62 E, Maputo, MINAG

Ulmer (2007), *Equity in Trade Negotiations: a gender Review of the EPAs*, ECDPM-ICTSD: Europe

Ulmer (2008), “Think small first”, a paper submitted to the UNCTAD India for the International Seminar on “Moving Towards Gender Sensitization of Trade Policy”, New Delhi.

UNDP (2005), *Report on the Millennium Development Goals*, Maputo: UNDP

UNESCO (1997), *Emprego e Meios de Vida Sustentáveis – estudo de caso sobre Moçambique*, Maputo: UNESCO-OIT.

Van den Bergh-Collier, E. (2007), *Para a Igualdade de Género em Moçambique – perfil das relações de género*, Maputo: ASDI, Art. Number SIDA31600pt

Van Dunen (2007), “Confronting the elasticity of custom evasion in Mozambique: an empirical study”, in: Ministry of Planning and Development (2007), *Fiscal Policy and Tax Incidence*, Discussion paper N. 39E, chapter 12.

### Anexo 1: Produtos que poderão ser de maior consumo pela mulher

Descrição	Tarifa	Valor da Exportação	Agricultural?	Intermédio?	Consumo Potencial pela mulher	Estatuto na liberalização
Sementes de batata	2.5	30,000.0	1	1		1 0 com implementação do AIPE
Amêndoas	25.0	12,110.0	1	0		1 0 com implementação do AIPE
Sementes de hortícolas	2.5	13,412.0	1	1		1 0 com implementação do AIPE
Confeitaria	25.0	138,962.0	0	0		1 Lib em 2018
Chocolate	25.0	108,631.0	0	0		1 Lib em 2019
Chocolate	25.0	10,748.0	0	0		1 Lib em 2020
Chocolate	25.0	191,875.0	0	0		1 Lib em 2021
Massas alimentícias	25.0	114,273.0	0	0		1 Lib em 2022
Massas alimentícias	25.0	45,005.0	0	0		1 Lib em 2023
Produtos na base de cereais	25.0	80,330.0	0	0		1 Lib em 2024
Produtos na base de cereais	25.0	71,805.0	0	0		1 Lib em 2025
Biscoitos	25.0	76,477.0	0	0		1 Lib em 2026
Produtos de padaria	25.0	84,566.0	0	0		1 Lib em 2027
Licor	25.0	151,409.0	0	0		1 Lib em 2028
Vinagre	25.0	17,940.0	0	0		1 Lib em 2029
Sabonete	25.0	13,686.0	0	0		1 Lib em 2030
Sacos plásticos	7.5	61,758.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Vasos de plástico	25.0	43,869.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Jarros de plástico	25.0	189,668.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Produtos de higiene plásticos	25.0	152,156.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Prendas	25.0	11,503.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Produtos de higiene plásticos	2.5	94,246.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Luvas	7.5	10,014.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Malas	25.0	10,266.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Carteiras	25.0	16,938.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Carteiras	25.0	16,616.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Papel higiénico	25.0	13,721.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Toalhas de papel	25.0	46,768.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Fraldas de papel	25.0	23,754.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Fraldas de papel	2.5	31,972.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE
Caixas	7.5	89,389.0	0	0		1 0 com implementação do AIPE

Caixas	7.5	285,017.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Cadernos de registo	7.5	18,543.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Caderno escolar	7.5	229,386.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Classificadores	7.5	37,117.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Formulários	7.5	20,653.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Toalhas de mesa	7.5	40,164.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Etiquetas	7.5	77,645.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Etiquetas	7.5	23,917.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Diários	2.5	33,566.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Selos	2.5	11,230.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Outras impressões	25.0	43,271.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Outras impressões	25.0	125,506.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Tapetes de produtos textéis	25.0	14,443.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Tapetes de lã	25.0	24,981.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Barrís	7.5	27,995.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Equipamentos de cozinha de alumínio	25.0	41,810.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Talheres	25.0	47,260.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Fechaduras	7.5	15,976.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Estatuetas	25.0	40,131.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Elevadores de água	5.0	109,764.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Filtros de água	5.0	237,422.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Balanças	25.0	61,210.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Equipamento agrícola	5.0	29,050.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Equipamento agrícola	5.0	20,447.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Máquinas de irrigação	5.0	15,233.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Máquinas de preparação do solo	5.0	39,957.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Máquinas de preparação do solo	5.0	346,528.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Máquinas para colheita	5.0	12,832.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Máquinas para colheita	5.0	10,967.0	0	1	1	0 com implementação do AIPE
Máquinas de lavar	5.0	28,096.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Ferro de engomar	25.0	45,415.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Fogão	25.0	312,207.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE
Electrodomésticos	25.0	15,947.0	0	0	1	0 com implementação do AIPE

Outros electrodomésticos	25.0	60,083.0	0	0	1	0 com implantação do AIPE
Relógios	25.0	14,270.0	0	0	1	0 com implantação do AIPE
Fertilizantes	2.5	61,610.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Fertilizantes	2.5	1,976,715.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Fertilizantes	2.5	7,950,242.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Fertilizantes	2.5	3,354,770.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Insecticidas	2.5	3,015,844.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Fungicidas	2.5	15,610.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Herbicidas	2.5	87,852.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Veneno para rato	2.5	21,812.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE
Tractores	5.0	172,814.0	0	1	1	0 com implantação do AIPE

Fonte: Tabela com base na compilação pela ODI, IAF 2002/3

Nota: 1/0 = sim/não